



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do programa Petrobrás - Fome Zero

Palácio do Planalto, 1º de setembro de 2003

Companheiro e amigo José Alencar, vice-presidente da República,
Minhas caras companheiras Marisa Letícia e Mariza Gomes da Silva,
Nossa querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,
Meu caro Graziano, ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,

Meu caro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,

Meus companheiros e companheiras ministros e ministras aqui presentes,

Deputados e deputadas aqui presentes,

Diretores da Petrobrás,

Meu caro Rubens Naves, presidente da Fundação Abrinq pelos direitos da criança e do adolescente,

Meus companheiros funcionários da Petrobrás,

Meu querido companheiro Wagner Tiso e sua esposa,

Meus companheiros e companheiras da Orquestra-Escola da Petrobrás. Meus parabéns! Vocês são a demonstração daquilo que eu tenho tentado falar durante todos os meus nove meses de governo, ou seja, o que as pessoas precisam é de uma oportunidade. Dêem uma oportunidade, que nós faremos inveja a qualquer orquestra, de qualquer parte do mundo. Essa oportunidade que a Petrobrás deu para vocês, não larguem. Não permitam que, por alguma razão, vocês deixem de transformar esse sonho de vocês em realidade.

José Eduardo, eu estava vendo aquela inauguração que vocês fizeram, numa cidade do Rio Grande do Norte, e estava lembrando que, em 1993, eu fiz uma caravana pelo Nordeste brasileiro. Se eu não me engano, foi na cidade de Mossoró,



e naquela ocasião, eu fiquei perplexo, porque eu visitei a Petrobrás lá na região, acho que almocei, inclusive, na Petrobrás, e os técnicos me contavam que – me parece que foi em Mossoró – eles tinham perfurado um poço e tinham encontrado uma vazão de água de 300 mil litros por hora. E que eles, na época, tinham pedido ao governador que, se ele comprasse uma bomba, a Petrobrás a instalaria de graça, sem cobrar nada. Como o governador não comprou a bomba, a Petrobrás teve que tamponar o poço e essa água não serviu à população local.

No dia em que vocês reabrirem esse poço, aí eu quero ter o prazer de estar lá para apertar um botão. Porque o que vocês fizeram, hoje, foi uma demonstração de que as soluções para os graves problemas brasileiros são simples. Como diz o José Alencar, as coisas difíceis são muito complicadas e, muitas vezes, a gente não consegue fazer. É impensável, para qualquer cidadão do planeta Terra, uma empresa perfurar um poço numa região semi-árida, numa região onde a água vale mais do que o petróleo, do que o ouro, e, ao não encontrar petróleo, encontrar água, por falta de disposição, tomar-se a decisão de tamponar o poço, e o povo que sofra.

Eu acho que essa atitude da Petrobrás, de correr atrás do prejuízo, é uma atitude que merece, da minha parte, do governo, todos os elogios que alguém puder fazer a uma empresa. A Petrobrás não é apenas uma empresa do ponto de vista técnico, do ponto de vista da tecnologia campeã, eu acho que, numa ação com essa, a Petrobrás pode mostrar que é plenamente possível ter o lucro extraordinário que ela teve e fazer política social do tamanho da sua grandiosidade. Eu quero então, José, lhe dar os parabéns, dar parabéns à diretoria da Petrobrás, dar parabéns aos funcionários. Deus queira que vocês continuem encontrando muito petróleo, mas se por acaso não encontrarem e encontrarem água, pelo amor de Deus, para o nordestino do semi-árido, água vale mais do que petróleo, podem ficar certos disso.

Eu acho que esse gesto de vocês é de uma grandeza extraordinária, e, possivelmente, alguém que não tenha passado por um problema de seca, ou não saiba o que é seca, não dê a menor importância.



Possivelmente as pessoas nem liguem porque, quem nunca sofreu com a seca, não sabe o que é seca, não sabe o valor de um pingo d'água, mesmo que seja pouquinho, jorrando perto da sua casa.

Eu acho esse gesto de vocês extraordinário e quero dizer que eu continuo acreditando numa coisa que norteia a minha vida há muitos anos – aqui, inclusive, tem companheiros sindicalistas que conviveram comigo, pelo menos nos últimos 30 anos –: eu sempre disse que não é possível, a nenhum governo, resolver todos os problemas de uma nação se ele não tiver habilidade política de envolver a sociedade para fazer aquilo que, normalmente, o Estado não tem condições de fazer.

Criou-se no Brasil a idéia de que o Estado pode tudo, e nós queremos provar que o Estado pode menos do que as pessoas imaginam, mas que o poder de indução do Estado é tão grande, que se o Estado fizer a política correta de envolvimento da sociedade, eu não tenho dúvida nenhuma de que a gente consiga fazer o milagre de acabar com a fome neste país.

Eu fico imaginando quantas empresas poderiam seguir o exemplo da Petrobrás, fazendo outras coisas. Eu, esta semana, recebi uma empresa – você não estava presente, Oded –, mas a empresa vai inaugurar 27 restaurantes populares, um em cada capital do Brasil, servindo no restaurante a comida que ela serve para os seus funcionários, nas suas fábricas.

Se pegarmos um exemplo como esse, e o exemplo da Petrobrás, imaginem vocês quantas vezes a gente pode multiplicar os poucos recursos de que o Estado dispõe. É por isso que eu tenho dito: nós não temos o direito de ficar reclamando, vou repetir mais uma vez, nós não temos o direito de ficar reclamando o dinheiro que nós não temos; nós temos que fazer como faz uma dona de casa ou um casal quando no final do mês, recebe menos do que precisava, às vezes menos do que merecia, e com aquele dinheiro eles decidem fazer a sua família sobreviver.

Nós temos pouco, mas temos que colocar a nossa criatividade acima dos recursos que temos, envolvendo a sociedade, para que tenhamos na sociedade a boa cumplicidade para fazer a boa política pública.



Eu quero terminar dizendo ao companheiro José Eduardo Dutra que a Petrobrás pode fazer, no campo social, o mesmo sucesso que ela fez no campo da prospecção e do refino de petróleo.

Primeiro, porque poucas empresas no mundo têm a quantidade de gente qualificada profissionalmente como a Petrobrás; segundo, porque grande parte desses técnicos são pessoas que trabalham na Petrobrás não só por dinheiro – se bem que o salário é bom –, mas porque têm uma coisa superior, que é uma espécie de paixão por uma coisa que aconteceu cinqüenta anos atrás no nosso país.

Eu não tenho dúvida de que aqueles que, em algum momento, acham que nós não vamos conseguir acabar com a fome no Brasil, não sabem que vão ter, daqui a alguns anos, que dizer em alto e bom som: eles conseguiram fazer, com pouco dinheiro, aquilo que outros não conseguiram fazer com muito dinheiro.

Meus parabéns e boa sorte a todos nós!

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião
do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palácio do Planalto, 04 de setembro de 2003

Eu não posso fazer nenhum comentário sobre a pauta que o movimento sindical mandou, porque estou vendo agora.

Eu quero cumprimentar os conselheiros e as conselheiras que estão aqui, sobretudo os novos, que eu estou vendo pela primeira vez, porque faz dois meses e meio que eu não participo de nenhuma reunião do Conselho.

Eu estava vendo aqui, companheiros sindicalistas, uma frase, na primeira página de vocês, e me lembrei de uma história. Aqui está dizendo assim: “Redução. É necessária uma redução drástica dos juros”. E eu fico me perguntando por que a palavra “drástica”? Não bastaria falar: redução da taxa de juros?

Isso me lembra uma vez, em que eu estava numa comissão em que a Benedita era candidata – acho que à prefeita do Rio de Janeiro ou governadora, e fui fazer um discurso sobre reforma agrária. Eu falei com tanta força o discurso da reforma agrária, e gritando tanto que, quando eu desci, uma velhinha falou assim para mim: “Lula, dá para você falar mais devagar? Você pode dizer a mesma coisa: “eu vou fazer reforma agrária”. Eu entenderia. Mas você gritou tanto que me assustou.” Então, eu acho que a queda dos juros vai acontecer, mas, talvez, não de forma tão drástica como alguns querem.

Eu quero dizer que a presença da Marisa aqui é para vocês serem mais gentis comigo. Sempre que tem mulher presente vocês se comportam melhor. Não sei por que hoje as mulheres ficaram todas atrás, não tem nenhuma na frente, só a Benedita. Quero dizer para vocês o seguinte: eu estou feliz, porque eu acho que o Congresso Nacional, ontem – eu até perdô se o Delfim



e o Armando derem uma cochilada aqui, porque ficaram até às três horas da manhã no Congresso –, eu estou feliz porque o Congresso se portou com a grandeza que a sociedade brasileira esperava dos parlamentares brasileiros; tanto aqueles que votaram a favor, como aqueles que votaram contra deram uma contribuição extraordinária para o fortalecimento da democracia neste país.

Eu nunca esperei unanimidade em nenhuma das votações e não espero. Eu espero o debate, o confronto de idéias. E a democracia vence na hora em que a maioria decide o que é melhor para este país. Embora eu não seja deputado, muitas vezes eu fico até às duas horas da manhã vendo os debates, para ver se aprendo um pouco com os debates que se dão no Congresso Nacional.

Acho que os deputados tiveram um papel exemplar. Acho que os governadores tiveram um papel importante. Desde a primeira reunião em que eu convidei os governadores, eles assinaram um documento comigo e, mesmo assinando esse documento, continuaram reivindicando mais espaço. Eu acho que a participação dos governadores foi importante e vai continuar sendo, porque ainda vamos para o Senado e voltarmos para a Câmara.

Foi muito importante a capacidade de negociação demonstrada pela Casa Civil, pelo José Dirceu e pelo companheiro Palocci, porque, no Brasil, tem muita gente que não está habituada à negociação. Então, qualquer negociação é interpretada por alguns como se fosse a política do “é dando que se recebe”, como se fosse uma coisa maléfica, quando a coisa mais nobre no processo político é exatamente a capacidade de negociação que as pessoas têm. E nós vamos continuar negociando.

Alguns, certamente, desejariam que o meu partido, com apenas 90 e poucos deputados, não fizesse acordo com ninguém e aprovasse tudo. Na verdade, os que criticam os acordos que nós fazemos são aqueles que nos chamariam de inábeis se não fizéssemos acordos.



O que nós mostramos é o que, eu dizia, desde o começo: nós vamos ensinar este país a negociar. Nós vamos ensinar este país a atingir a maturidade que ele precisa para dar um salto de qualidade interno e externo. Nós precisamos ter a grandeza de entender que as negociações se fazem extremamente necessárias.

E eu estou feliz. Estou feliz porque acreditamos nisso, porque fizemos o que tínhamos que fazer e o importante é que nós começamos. Eu assumi o governo dizendo: nós vamos fazer primeiro o necessário, depois o possível e, quando menos se esperar, nós estaremos fazendo o impossível.

Eu acho que na hora em que a reforma da Previdência Social e a reforma da política tributária forem aprovadas, definitivamente, será quase como atingir o impossível, num país onde os governantes normalmente têm medo de enfrentar as diversidades.

Nós não estamos preocupados com isso porque eu tenho dito aos meus companheiros que eu não estou pensando na próxima eleição, eu estou pensando na próxima geração. Que país nós, que estamos aqui, vamos deixar para essa gente que não nos pediu para vir ao mundo? Portanto, temos que ter responsabilidade; não podemos pensar na eleição de prefeito, de governador, de Presidente ou na reeleição para deputado, mas pensar o seguinte: o que vai ser deste país daqui a vinte ou trinta anos? O Guido já falou um pouco do PPA para vocês, do PPP (projeto de Parceria Público-Privada) e outras coisas que nós queremos fazer.

O que eu aprendi nessa votação das reformas? Os sindicalistas devem conhecer muito bem isso – eu me lembrei da reforma e é impressionante quando se discute reforma, é mais ou menos quando o trabalhador chega com o salário pequeno em casa e não dá para fazer tudo o que a família quer.

Muitas vezes a família fica em volta do trabalhador dizendo: eu quero comprar aquilo, eu preciso fazer aquilo, eu tenho que pagar aquilo, eu tenho um casamento, eu preciso de uma roupa nova. Ninguém discute como fazer



para o coitado ganhar um pouco mais. Ninguém discute como fazer para ajudar no orçamento, para que a família possa fazer a “farra do boi”. Na reforma também é assim, é impressionante a capacidade das pessoas discutirem o quanto querem, mas é impressionante também a dificuldade de dizerem onde nós vamos arrumar dinheiro.

Esse é um problema presente em todos os segmentos da sociedade, ou seja, é muito difícil discutir. Nós precisamos ter dinheiro para fazer tudo o que nós queremos. De onde vamos tirar esse dinheiro? Nós vamos ter que dizer. Eu aprendi uma lição na reunião que fiz com os ministros, para discutir o orçamento, e disse aos meus companheiros: no próximo ano eu vou pegar vocês pelo pé. Vou mandar o esboço do orçamento um mês antes e vou dizer para os ministros: cada um vai ter 30 dias para me dizer onde nós vamos arrumar a totalidade do dinheiro que todo ministro acha que deveria ter. Porque aí, é preciso haver uma transferência de responsabilidade nessa lógica da construção do bolo que todos nós achamos que o Brasil tem que ter, para que possamos fazer os investimentos necessários para o crescimento que queremos para o nosso país.

Nós estamos fazendo aquilo que acreditamos que precisaríamos ter feito. Nós começamos dizendo que era preciso recuperar o Mercosul e para recuperá-lo seria necessário recuperar a confiança entre os dirigentes que compõem os governos do Mercosul. Começamos dizendo que era preciso criar uma política externa que desse um pouco mais de atenção aos países fronteiriços com o Brasil e que se o Mercosul tivesse mais força – tanto política, quanto econômica e de participação social, teríamos mais força para negociar com outros blocos existentes no mundo.

Hoje eu me considero feliz porque estou convencido de que o Mercosul vai ter, num curto espaço de tempo, a grande maioria dos países da América do Sul participando. Eu me lembro que fui ao Peru na semana passada e na quinta-feira recebi um telefonema em que me disseram que o Peru não iria



entrar mais no Mercosul. Nós viajamos na segunda-feira e o Peru assinou o acordo de participação no Mercosul.

Até outubro vamos trazer outros companheiros para participar, porque é bom para eles e é bom para nós; descobrimos uma coisa que todo mundo já sabe, mas muitas vezes é mais fácil fazer o discurso evasivo: que é preciso fazer integração na América do Sul ou integração não sei onde.

Nós, hoje, não temos estradas, não temos pontes, não temos ferrovias; temos dirigentes da América do Sul que, para vir ao Brasil, têm que ir para Miami, e se um homem de negócio tem que ir a Miami para vir ao Brasil, ele já faz negócios em Miami, não precisa vir para o Brasil.

Da mesma forma, é uma vergonha a gente não ter vôo para nenhum país africano. Nós ficamos dependendo dos aviões da África do Sul. Meu companheiro Palocci, a empresa aérea da África do Sul tem cinco vôos lotados para o Brasil, quer colocar mais um e as empresas brasileiras não deixam colocar, mas também não colocam.

Como é que se pode querer fazer negócio com os países africanos se, dependendo do país, a pessoa tem que ir a Paris para depois vir ao Brasil? Já faz negócio em Paris. Então, se nós quisermos alargar o nosso leque de expansão política, comercial e cultural, temos que alargar as possibilidades de que os homens e as mulheres possam transitar entre os países; senão, fica um discurso em que toda a América do Sul fica chorando, há séculos e séculos, o fim do subsídio dos produtos agrícolas americanos e europeus. E eles não vão dar porque nós somos pobres, eles só vão dar no dia em que perceberem que nós não precisamos mais.

A experiência de negociação nos leva a entender que ninguém respeita subalternos. Ninguém respeita a pessoa que vai negociar de cabeça baixa, ninguém respeita um pedinte. Nós temos que chegar lá com força. Por isso, nós estamos consolidando a América do Sul. Vamos, em novembro, estabelecer uma relação mais forte com a África. Em dezembro vamos visitar o



Líbano, os Emirados Árabes, a Arábia Saudita, a Síria, o Egito, a Líbia, porque não é possível que parte dos bilhões de dólares que os árabes têm, hoje, nos Estados Unidos, não possa vir um pouco para cá. E para vir para cá nós não temos que ficar aqui dizendo que nós temos carnaval, futebol, gente bonita e inteligente. Nós temos que ir lá convencê-los de que nós somos um mercado importante. Nós temos que definir marcos regulatórios que possam garantir a quem quiser pôr o seu dinheiro aqui, que venha, porque vai ter a certeza de que não vai ser assaltado. Isso é como um trabalhador comum, quando vai abrir sua continha bancária. Se estiver escrito na porta do banco “abra sua conta aqui e perca 1% ao mês”, ele não abre.

Nós vamos fazer isso por quê? Porque isso vai nos garantir forças suficientes para ganhar mais força nas negociações, nos organismos internacionais, sobretudo, na Organização Mundial do Comércio. É por isso que nós já estamos alinhados com a África do Sul e com a Índia. Vamos agora atrás da China e da Rússia, porque nós vamos compor um bloco capaz de ter força política para forçar uma negociação na Organização Mundial do Comércio.

Enquanto nós, brasileiros, chegarmos lá, com as pessoas mais competentes que nós temos, dizendo que o Brasil é pobrezinho, tem criança de rua, tem analfabeto, eles não vão abrir. Eles estão pouco preocupados com as nossas crianças de rua. Nós é que temos que nos preocupar. E é por isso que nós temos que tentar abrir mercados, para termos aqui os recursos que precisamos para fazer os negócios que queremos fazer.

Quando eu tinha marcado para ir à África, em julho, o que me impressionou foi que, só no Itamaraty, 203 empresários se inscreveram para fazer a viagem. Tantos não se inscreveram para ir a outros países a que eu fui, numa expectativa que o empresário brasileiro também precisa começar a pensar em ser grande. Não é nenhuma vergonha o empresário brasileiro pensar em ser um empresário multinacional. E se ele quiser ser multinacional,



ele tem que deixar de ser pessimista e começar a procurar outros espaços.

Eu fico imaginando quando o Rei de Portugal imaginou vir para o Brasil. Tinha os pessimistas que falavam: como é que vai para o Brasil? Não sabiam que tinha o Brasil ainda. Como é que nós vamos descobrir uma terra nova? Tem esse mar imenso que a gente não sabe nem quantos quilômetros tem; nós não vamos conseguir. Aí o otimista falou: vamos fazer um barco e vamos tentar. E conseguiu chegar.

O rio Paraguai, até 40 anos atrás, era o divisor do Brasil com o Paraguai. Depois que nós construímos Itaipu, o rio passou a ser o unificador do Brasil e Paraguai. Então, o que eu acho é que nós temos que ter uma vocação expansionista enquanto empresários, enquanto governo.

E nós estamos dizendo para todos os governantes: nós não queremos ter vocação de hegemonia para com ninguém. Nós queremos ter vocação de parceria, nós queremos ser companheiros da Argentina, para que não haja disputa menor entre a Argentina e o Brasil. Nós queremos ser parceiros do Uruguai, do Paraguai. Nós queremos ser parceiros da Colômbia, do Peru, da Venezuela, até porque o Brasil pode ajudar muito, se for competente. E pode atrapalhar muito, se for pequeno.

E é pensando assim que eu sairei do encontro da Hebraica, dia 15, às 11 horas de noite, vou à Colômbia e volto, depois do almoço, para tentar falar com o nosso companheiro Uribe, para que ele comece a pensar mais seriamente na possibilidade que a Colômbia tem de crescimento ao se aproximar do Brasil e não ficar achando que são os Estados Unidos que vão ajudá-los. É essa consciência que nós queremos criar nessas pessoas. Por isso, nós vamos fazer na política externa uma atuação muito grande. Tem gente que se incomoda porque o Presidente está viajando demais. Eu já vi até artigo dizendo: “Nossa, como ele viaja”. Mas se eu não viajasse iam dizer: “Ele não viaja porque não fala inglês”. Falariam isso. O que eu acho extremamente importante e sério é que tem uma demanda por este país. E nós é que temos



que ter a grandeza de saber se vamos responder a essa demanda viajando por viajar, ou se vamos responder a essa demanda viajando porque temos interesses estratégicos para o nosso país.

Eu disse a vocês no começo que eu posso errar em qualquer coisa, mas na política eu não vou errar. E acho que o Brasil não pode se dar ao luxo de errar. E quero dizer isso para vocês com a franqueza de quem está mais otimista hoje do que já estive.

De vez em quando vejo as coisas pelos jornais, eu fico lendo. E sabem aqui os meus companheiros ministros que eu não sou de perder o humor. Até antes de eu ter 50 anos eu perdia muito o humor, brigava muito. O Marinho sabe. Mas, depois dos 50 anos a vida está curta para a frente, então podemos tentar fazê-la ficar melhor se a gente não ficar de mau humor.

De vez em quando, as pessoas que exportam falam: “O Palocci, tem que cuidar para que o dólar fique acima de R\$ 3,20, porque senão não vai favorecer as exportações.” Aí, o outro que deve falar: “O Palocci tem que baixar o dólar para dois e não sei quanto, para facilitar o nosso pagamento.” Imaginem se o Palocci tivesse o poder de dizer quanto é que vai ser o dólar.

O que nós queremos, na verdade, é dizer para vocês: o que vai estabilizar a nossa moeda é a estabilização da economia e da política neste país. Não vai ser o tacão do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda ou do Presidente da República, vai ser com a lógica da confiabilidade que nós conquistaremos o mundo. E vamos conquistar mais. Sem brincar, sem mentir, sem ficar vendendo facilidades.

Eu fui criado aprendendo a dizer que a verdade muitas vezes é muito dura, mas ela tem que ser dita. A mentira é mais fácil, porque protela. E aí, se você conta a primeira, tem que passar a vida inteira mentindo para poder justificar a primeira.

Então eu prefiro dizer a verdade, mesmo que doa. A nossa política econômica talvez não seja a política econômica do sonho do Palocci, do meu



sonho, do sonho do Tarso, do Guido ou de vocês. Mas é a política econômica que nós temos consciência que é possível fazer nesse momento. Alguns apressados que cobram mais rapidez, oito meses atrás imaginavam o desastre no país.

Então, nós estamos tranquilos. Vocês podem ter certeza que nós estamos tranquilos. A nau tem comandante. E não vai ser nenhuma onda, porque eu não sou surfista, que vai me fazer tomar medidas precipitadas. As medidas vão ser feitas na hora certa e na medida em que tiverem que ser feitas.

Nós, mais do que ninguém, queremos o crescimento econômico. Mais do que ninguém eu desejo gerar os empregos que eu, a vida inteira, reivindiquei. Porque não são os companheiros que reivindicam hoje. A minha vida inteira foi reivindicar. E eu, agora, não questiono ninguém, Tarso, eu agora só me questiono. Eu tenho que atender às minhas próprias reivindicações. E vamos fazer. Vamos fazer à medida que formos criando as condições de fazer.

Nós, agora, por exemplo, vamos fazer uma inovação. Está pronto o PPA, que foi entregue ao Congresso Nacional. Nós definimos quais são as obras prioritárias e quais as obras em que nós vamos procurar parceiros nacionais. Vamos fazer um convite a muitos parceiros internacionais que queiram investir aqui. Aquilo que o governo puder fazer com seu dinheiro vai fazer, sobretudo em áreas em que a iniciativa privada não possa entrar, mas naquilo que a gente puder fazer parceria, não tenho dúvida de que nós vamos fazer.

Não vamos conversar com empresários oferecendo discursos, vamos conversar oferecendo projeto: está aqui o projeto, está aqui o marco regulatório; é o desafio de querer ou não querer, porque se não for assim as coisas não andam; vocês todos acompanham o orçamento neste país e sabem que, no frigor dos ovos, o dinheiro que fica para os investimentos é sempre muito pouco, porque grande parte do orçamento está comprometido.



Nós temos que procurar quem tem dinheiro – são os nossos amigos empresários espanhóis, portugueses, italianos, franceses, americanos, chineses, libaneses? Quem é que tem dinheiro? Quem é que tem dinheiro aqui? São os empresários nacionais? Vamos conversar, vamos colocar a mão no bolso e vamos acreditar neste país.

Vamos tentar fazer o que precisa ser feito, porque nós acreditamos que este país entrou numa outra roda. Eu hoje estava andando com a Marisa no Alvorada, o Palocci não foi, e tem um monte de pé de jabuticaba lá. Eu vou preparar uma para vocês com a jabuticaba, porque eu falo muito dessa fruta. Mas eu estou desde janeiro naquela casa e a gente vai ao pé de jabuticaba e nunca tem nenhuma, está sempre sem flor, porque Brasília é muito seca, e o sol bebe a água antes dela chegar à raiz; todo mundo sabe que jabuticaba precisa de água e sol. Há um mês e pouco nós colocamos lá um gotejamentozinho. Hoje, nós fomos lá e eu acho que daqui a alguns dias eu vou encher vocês de jabuticaba.

Eu falo isso para lembrar a vocês: está acontecendo com o meu pé de jabuticaba e que vai acontecer com este país, o que vai acontecer na economia nacional. No Brasil tem um tipo de gente tão pessimista, que eu acho que nem filho eles poderiam ter; primeiro, porque não têm tempo de esperar o período de fertilidade da mulher; segundo, porque não têm tempo de esperar nove meses para o filho nascer; terceiro, porque não têm tempo de esperar um ano para o filho aprender a falar papai; então, “já que demora muito, eu não vou ter.” Eu e a Marisa somos otimistas, enchemos a casa. A política deste país é assim e aí é que entra o papel extraordinário deste Conselho. Eu disse para vocês uma vez: jamais vocês vão me ver pedindo para que vocês não falem o que quiserem falar; mas é importante que, na hora em que quiserem falar, vocês se sintam cúmplices de uma boa causa, ajudando a gente a encontrar os caminhos que precisamos encontrar.

Tudo que puder ser feito para colocarmos dinheiro no mercado para que



possamos aumentar o consumo, a gente vai fazer. Vamos fazer linha de crédito com o movimento sindical e com os aposentados, estamos também discutindo a questão da liberação do Fundo de Garantia; se for necessário, vamos discutir mais acordos como os automotivos enquanto setor da economia; vamos abrir linha de crédito para todos aqueles setores que nós entendemos que podem comprar alguma coisa.

Vamos continuar brigando e trabalhando para que o “spread” caia, vamos tentar fazer tudo na lógica da política de um governo que quer provar que a democracia, às vezes, parece ruim, mas até hoje não se encontrou um regime melhor do que ela.

No regime militar não se precisaria ter ficado até às 3 horas da manhã para votar; na democracia tem que ficar. Você sabe que tem maioria, você tem 308, mas para valorizar a democracia, tem que deixar as pessoas extravasarem aquilo que estão falando. Então, nós vamos continuar fazendo isso e eu quero terminar dizendo para vocês: muitas vezes nós cobramos muito dos outros e cobramos pouco de nós.

Uma vez eu fiz um curso, quando eu era dirigente sindical, e a pergunta era simples: o que você fez durante os últimos sete dias? Era para ver se a pessoa estava exercitando o seu mandato com a competência que lhe era dada pela categoria. E a gente percebeu que tinha um tempo de inutilidade, de ociosidade, porque a gente não fazia aquilo que deveria estar fazendo.

Eu queria dizer para vocês uma coisa: teoria é uma coisa gostosa, porque a gente não tem que decidir, a gente acha, pensa, acredita, mas a gente não executa. A diferença entre o teórico e o “cara” que tem que executar é que um teoriza e o outro tem que assinar o cheque. E na hora de assinar o cheque, sempre há mais responsabilidade. Por quê eu estou dizendo isso? Porque nós temos alguns problemas no Brasil que não serão resolvidos por nenhum governo. Nós temos alguns problemas no Brasil que só serão resolvidos no dia em que a sociedade brasileira chamar para si a



responsabilidade de resolver.

Eu vou dar um exemplo para vocês: esses dias eu recebi, aqui, a Coca-Cola. A Direção da Coca-Cola veio me comunicar que vai abrir, em todas as capitais do Brasil, um restaurante popular para oferecer comida a R\$ 1,00. E qual é o milagre? Ela fez um acordo com a empresa fornecedora de alimentação. O custo da comida para a empresa que fabrica o alimento é de R\$ 2,80. A Coca-cola assume R\$ 1,80 e cobra R\$ 1,00 de quem vai ao restaurante. Ela faz para o restaurante a mesma comida que os funcionários dela recebem, onde ela tem fábrica e manda para o restaurante, em convênio com as prefeituras, um *container* em que a comida fica quente doze horas por dia. Tem gente para servir direitinho. As pessoas mais pobres vão lá e comem por R\$ 1,00.

Eu fico me perguntando: quantas empresas, neste país, poderiam fazer o mesmo? Quantas? Uma empresa que tem dez mil trabalhadores, que faz 10 mil refeições, o que custaria para ela fazer mil a mais? Ou quinhentas refeições a mais? O que custaria? Nada absolutamente nada. E isso poderia ser feito em parceria com as prefeituras, para dar o local. A gente poderia fazer um milhão de coisas neste país, se cada um de nós parasse de falar: eu tenho que cobrar de alguém, eu tenho que cobrar do ministro, eu tenho que cobrar do governo, e se cada um de nós falasse: “o que eu posso fazer?” “qual é o gesto que eu posso ter para fazer alguma coisa?”

A CNI assumiu um convênio com o Ministério da Educação para alfabetizar 3 milhões de pessoas em quatro anos. Já começou, me parece que está indo muito bem. A Viviane Senna me apresentou o trabalho, eu participei de um ato aqui, em que ela e um grupo de empresários assumiram a responsabilidade de recuperar 600 mil crianças em Pernambuco, que estavam na escola, mas que não estavam aprendendo a ler nem a escrever.

Tem outros exemplos de empresários aqui com a Febraban, que assinou um acordo conosco para a construção de cisternas. Agora, eu fico me



perguntando: quanto custa uma cisterna? Dez mil reais, quinze mil. Mil e duzentos reais? Cada cisterna? Eu fico imaginando quantos empresários poderiam procurar o Ministério de Combate à Fome e dizer: “eu vou dar uma cisterna.” Uma. Não precisava dar duas, só uma. E por quê eu estou dizendo isso? Eu vou ler os números para vocês. Pelo menos são os números que eu tenho de 2001, Guido. Se tiver mais aqui, você me avisa.

Se nós pegarmos as pequenas, médias e grande empresas, e mais as micro, nós temos, no Brasil, um total de quase 4 milhões e 200 mil empresas. Imaginem se cada uma desse uma cisterna. Como o Movimento quer fazer 1 milhão, nós, 4 milhões, já daríamos 3 milhões de cisternas “de lambuja” para o Projeto. Que custasse 10 mil reais cada uma. Imaginem se cada empresa, neste país, sindicato também, resolvesse o seguinte: “Eu tenho 100 funcionários e vou assumir o compromisso de alfabetizar 10% dos funcionários que eu tenho; eu vou procurar 10% de analfabetos e vou alfabetizar.” Imaginem quanta gente se alfabetizaria neste país! Imaginem! Nós não podemos ficar esperando apenas que a institucionalidade resolva os problemas, que são resultado da própria institucionalidade. Se ela criou, ela não vai resolver. Quem tem que resolver são outros caminhos.

Eu fico imaginando uma empresa como a Volkswagen – não sei se tem aqui representante da Volkswagen -, com seus 60, 70, 80 mil. Imaginem se ela resolver falar: “nós vamos este ano alfabetizar 10%, um número equivalente a 10% dos trabalhadores da indústria automobilística. Ela tem professora lá dentro, ela tem tudo lá dentro tudo e poderia ir à periferia; perto da fábrica tem sempre uma favela, tem sempre um monte de gente pobre do lado, e ela poderia dizer: “então nós vamos procurar, nós vamos alfabetizar.”

O governo é um coitadinho, não tem dinheiro, nós vamos fazer o nosso papel mas a gente faria uma revolução neste país sem precisar ninguém comprar uma arma, sem ninguém precisar atirar, a gente faria uma revolução de comportamento.



Vou terminar dizendo para vocês que não é mais possível, no nosso meio, que prevaleça apenas a lógica da discussão da macroeconomia, a lógica da contabilidade, até porque um país do tamanho do Brasil, com os problemas do Brasil, não será resolvido apenas pela lógica contábil.

Os dirigentes, os empresários e a sociedade não podem mais pensar apenas com a cabeça. Eu acho que em algum momento nós temos que ter a consciência que nós, seres humanos, somos tocados por sentimentos. É o sentimento que nos toca e, portanto, se a gente colocar o coração para falar um pouquinho, no nosso dia-a-dia, possivelmente as soluções dos problemas do Brasil estejam muito mais próximos e muito mais fáceis do que os números gelados de uma pesquisa, seja do IBGE, do IPEA, da Febraban, da CNTI, da CNI, seja de qualquer instituição. O número é gelado demais, ele não dá sentimento, ele dá apenas conhecimento.

Eu não sei se a direção da Febraban já foi visitar as cisternas que está fazendo. Eu acho que quando alguém se depara diante de uma casa, em que uma simples cisterna é a razão de ser daquela família, deve pensar: “puxa vida, eu poderia ter feito isso muitos anos atrás, e hoje esse problema da miséria já estaria resolvido no meu país.”

Vamos parar de pensar em nós mesmos, vamos parar de sentar atrás de uma mesa e ficar dizendo: “eu preciso disso, eu preciso daquilo, porque o dólar não sei das quantas, porque os juros não sei das quantas;” tudo isso é muito importante, a gente tem que discutir, mas vamos discutir o que cada um de nós pode fazer por aqueles que não tiveram a mesma oportunidade que todos nós tivemos.

Muito obrigado e parabéns aos companheiros do Conselho.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração oficial da XXVI Expointer 2003**

Esteio - RS, 05 de setembro de 2003

Eu quero, antes de cumprimentar as autoridades aqui presentes, dizer que nesses anos de política é a primeira vez, meu caro governador Rigotto, que o povo tem um certo privilégio sobre quem está no palanque, porque, normalmente, quem está no palanque fica na sombra e o povo fica no sol. E hoje, aqui, nós ficamos com a cara para o sol e o povo de costas para ele. Eu não sei se foi premeditado mas, de qualquer forma, eu estou vendo, muita gente sofrendo como eu com o sol. Amanhã vão até pensar que o Rigotto foi para a praia.

Eu quero cumprimentar o companheiro Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul,

Quero cumprimentar o nosso companheiro Jorge Battle, nosso querido irmão. Irmão por ser uruguaio, irmão por ser gaúcho, e irmão por ser da América do Sul, da América Latina. Irmão, porque é um companheiro que acredita que nós teremos dias melhores neste país.

Eu quero cumprimentar os meus ministros que estão aqui, a Emília, o Rossetto, o Roberto Rodrigues, o Olívio, o Tarso Genro.

A nossa querida prefeita, Sandra Silveira,

O nosso governador de Santa Catarina,

O nosso vice-governador do estado do Paraná,

Os secretários de Estado,

Os ministros uruguaios,

A Federação dos Empresários da Agricultura do Rio Grande do Sul,

Os trabalhadores,

Os representantes da agricultura familiar,



Os deputados,
Os senadores,
Os especialistas que estão aqui, todo mundo pensando na transgenia,
Meus amigos e minhas amigas,

Esta é a nona feira que eu visito este ano, em oito meses de governo. Possivelmente eu tenha visitado, em oito meses, mais feiras de agronegócio do que muitos presidentes visitaram, nos últimos anos, no nosso país.

E fiz isso porque, durante muitos anos, eu fazia questão de dizer que se enganavam aqueles que entendiam que a agricultura não era mais um pilar do desenvolvimento nacional. Houve um tempo, até, em que se tentou criar uma certa inibição nos homens da agricultura, porque não eram modernos e que modernos eram apenas aqueles que estavam na atividade empresarial nos grandes centros urbanos deste país.

Como Deus escreve certo por linhas tortas e a agricultura ainda é um dos pilares do desenvolvimento do país, hoje, mais do que apenas no Brasil, a agricultura brasileira é motivo de orgulho nacional em qualquer lugar do mundo em que se discuta agricultura. Hoje, no Brasil, também os setores que trabalham com a agricultura, desde o ministro da Agricultura, os secretários da Agricultura e aqueles que trabalham no campo perceberam que investir em tecnologia pode parecer caro na hora do investimento, mas torna-se barato na hora em que a gente começa a arrebatar os ganhos do investimento na tecnologia.

É por isso que este Estado consegue ser de uma capacidade produtiva excepcional e de uma qualidade de vida acima da média do nosso país. Ainda falta muito, eu sei que falta muito para que a gente atinja a perfeição que precisamos atingir. E sei que o governo tem a sua responsabilidade; que os governos estaduais têm as suas responsabilidades; que o bom funcionamento do Mercosul tem a sua responsabilidade. Mas sei também que cada um de



nós, individualmente, tem a sua responsabilidade para garantir o que vai acontecer no nosso país daqui para a frente.

Agora, a moda é discutir a política tributária. E que bom que estejamos discutindo política tributária de verdade, porque antes era apenas uma peça de retórica, defendida de forma diferente por nós, políticos, e pelos empresários brasileiros. Cada um tinha a sua política tributária, cada um pensava no seu estado, no seu município, na sua categoria econômica ou na sua fábrica, e nós resolvemos dar densidade nacional a uma proposta de política tributária.

A política tributária que está sendo votada no Congresso Nacional não é do presidente Lula e nem individualmente de nenhum empresário e de nenhum governador. Primeiro, foi feito um texto pelo Ministro da Fazenda. Até aí, o texto era do ministro Palocci. Depois, esse texto foi levado para uma reunião com os 27 governadores. Mudamos o texto e ele deixou de ser do ministro Palocci e passou a ser o dos 27 governadores mais o Presidente da República. Depois este texto foi para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e lá recebeu algumas emendas que foram colocadas em paralelo, porque não podíamos mudar o que já tínhamos decidido com os governadores. Depois, foi para o Congresso Nacional, onde, da forma mais democrática possível, os deputados têm o direito de concordar ou não com aquilo que foi apresentado pelo Presidente da República e pelos 27 governadores de Estado. E ela foi votada.

O problema da política tributária no Brasil é que todos querem ganhar e ninguém quer perder. O governo federal quer ganhar e não quer perder. Os governos estaduais querem ganhar e não querem perder. Todos os segmentos da sociedade querem ganhar e não querem perder e é muito difícil construir um jogo que dê empate em todas as partes.

O governador Rigotto teve um papel extremamente importante junto ao ministro Palocci na construção do desenho, tendo como eixo fundamental desonerar a produção e as exportações e acabar com a guerra fiscal que tinha



sido estabelecida neste país, pela fragilidade de se discutir com a sociedade de governos anteriores. Este princípio está contido.

O que é importante e muito interessante é que prestei muita atenção na imprensa, no dia seguinte, após a votação das reformas. Diziam que tinha havido negociação, porque no Brasil, também, a imprensa não está acostumada com negociação, ela estava acostumada com negociata. E nós negociamos com os governadores, na Câmara, como vamos negociar no Senado, porque o governo federal não é o dono da verdade, ele defende a sua tese, mas está aberto a ceder quando outras teses se apresentarem com mais eficácia do que a tese apresentada pelo governo federal. Da mesma forma que fizemos isso na Previdência Social vamos fazer em outras reformas no país, que vão da estrutura sindical, à questão trabalhista e à reforma agrária. Nós vamos adequar o Brasil ao século XXI e não ficar discutindo apenas o que tínhamos um século atrás. Vamos dar passos sabendo da necessidade de manter os direitos dos trabalhadores, mas não vamos permitir que privilégio seja tratado como direito, porque o privilégio atende a uma minoria muito pequena, em detrimento da grande maioria, que está marginalizada do processo de desenvolvimento e de crescimento da economia brasileira.

E faço isso, senhores produtores rurais, senhores empresários, autoridades aqui presentes, porque comecei a minha vida política negociando. E foi nas derrotas e nas vitórias das negociações que fiz no movimento sindical que aprendi a ter paciência, que aprendi a ceder quando foi preciso ceder, que aprendi a ser duro quando foi preciso ser duro. Mas aprendi, sobretudo, que a democracia não é a supremacia da minha vontade sobre a vontade da sociedade. A democracia é exatamente a supremacia da vontade da sociedade sobre a vontade do governante.

Estamos construindo todas essas mudanças com o debate mais extraordinário que já foi feito neste país. Hoje, não quero saber se um governador é do PMDB, se um deputado é do PSDB, se um vereador é do



PFL, se é do PT ou do PC do B. O que quero saber é que ele tem um mandato e, por esse mandato, ele tem responsabilidade. E eu quero lidar com ele por meio da responsabilidade institucional que lhe foi delegada pela sociedade, para que a gente possa fazer o Brasil voltar a acreditar que através da política nós poderemos resolver os graves problemas que já se tentou resolver no Brasil e que não se conseguiu.

Por isso é que venho, pela nona vez, a uma feira de negócios da agricultura brasileira. Venho aqui com orgulho, para ver essa beleza de animal que está sendo apresentado. Espero que o cavalo crioulo que ganhei seja da mais alta qualidade. O Rigotto vai ter que levá-lo para mim; como, eu não sei, mas vai ter que levá-lo, porque, outro dia, foi um grupo de gaúchos lá em casa, me deram uma égua e, depois, foram embora e eu fiquei sem a égua. Amanhã, vão me entregar a égua, e eu estarei de braços abertos para recebê-la. E me deram também um pé de mate. Quando eu fui plantar, não era um pé, era apenas um galho. Então, agora, também me devem um pé de mate, para eu plantar, porque vou criar um espaço em que vai ter árvore de cada país, de cada estado plantada no terreiro do Palácio da Alvorada, para dar uma densidade nacional.

Mas foi por meio das visitas a essas feiras e das discussões feitas com os empresários do setor agrícola, com trabalhadores, com representantes da agricultura familiar, que nós tivemos a grandeza de fazer o que há muito tempo não tinha sido feito neste país, não apenas pela quantidade de verba que foi destinada à agricultura empresarial e à agricultura familiar, mas pelo tempo em que essa verba foi comunicada e começou a ser liberada, porque houve um tempo em que se anunciava na televisão e, quatro meses depois, as pessoas não tinham ainda o sabor de ter chegado o dinheiro, porque o dinheiro não estava no banco.

Só para vocês terem um exemplo, no dia 24 de junho nós anunciamos o dinheiro do Pronaf, e no dia 15 de julho já tinha trabalhador sacando o seu



dinheiro para começar o plantio, para começar a comprar aquilo que precisava.

E eu disse ao Miguel Rossetto – e isso vale para o companheiro Roberto Rodrigues: eu espero que, quando terminar o prazo do financiamento, a gente não tenha nenhum centavo desse recurso nos bancos, espero que a gente tenha liberado tudo. Porque, aí, no ano que vem, vocês poderão brigar para que a gente possa ter muito mais dinheiro para dar para a agricultura brasileira.

Pela primeira vez o Roberto Rodrigues, que é um especialista em negociação, junto com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, vai poder participar da reunião da OMC numa posição minimamente vantajosa. Ou seja, eles não entrarão na OMC, desta vez, como coadjuvantes. Entrarão como protagonistas do processo de discussão.

E isso vai fazer com que entendamos o seguinte: nós estamos, há muitos anos, brigando, chorando, lutando para que os subsídios agrícolas dos países ricos não sejam um entrave para o crescimento das nossas exportações.

Não tem um discurso de um governante do Terceiro Mundo, não tem um discurso de um governante dos países em desenvolvimento em que a questão do protecionismo europeu e americano não esteja pautada no discurso das autoridades.

E eu estou convencido, meu caro Maggi, estou convencido, meu caro Governador e ministros aqui presentes, que no dia em que a gente parar de pedir, nós vamos conquistar o fim do subsídio. O que nós precisamos é criar uma força política que nos dê condições de entrar nas negociações sem precisar tanto dos países que impõem o protecionismo. Porque, aí, eles tratarão de perceber que já não somos tão dependentes e que, por isso, eles tomarão a iniciativa de começar a fazer negócios conosco.

Porque o Brasil, o Uruguai, a Argentina e outros países já deram uma demonstração: nós não queremos piedade dos países ricos, nós queremos



oportunidade de disputar em igualdade de condições. Se é um mundo de livre mercado, vamos fazê-lo livre, porque nós não temos medo de competir. E não temos dúvida nenhuma que somos capazes de produzir mais e melhor do que muitos que, por não terem condições de competir conosco, atrapalham que os nossos produtos de fluir livremente pelos mercados globais que eles próprios criaram.

Com relação a essa questão da transgenia, tão debatida em verso e prosa, aqui no estado do Rio Grande do Sul, vou ser muito franco com vocês. Este ano, nós fizemos uma coisa por respeito àqueles que tinham sido vítimas de um governo que teve medo de tomar uma posição na hora. De repente, eu tomo posse e me deparo com alguns milhões de toneladas de soja transgênica aqui, no Rio Grande do Sul que, num primeiro momento, alguns diziam que era só de grandes fazendeiros e, depois, se descobriu que tinha todo um segmento da sociedade produzindo transgênicos aqui e em outros estados do Brasil.

E o governo tinha que tomar uma decisão. A primeira era aquela que, em alguns momentos históricos do Brasil, foi tomada: não pode vender. Vamos, então, num país em que o povo não tem emprego, em que está passando fome, mandar queimar a soja transgênica. Outros diziam: “Não! Nós temos que exportar tudo para a China”. Só que esqueceram de perguntar à China se ela queria comprar toda a soja que nós plantamos. Nós preferiríamos que prevalecesse o bom senso: vamos exportar o que for possível e vamos utilizar aqui dentro o que for possível, tentando carimbar com uma boa rotulagem, para que as pessoas saibam se é ou não.

Acontece que existe uma lei, que não foi feita por mim, proibindo os transgênicos no país. E nós vamos ter que resolver este problema. Até porque o que é gostoso em governar é que às vezes, tem mais problemas do que soluções fáceis. E são esses problemas que fazem com que cada um de nós aprenda a exercitar a democracia às últimas conseqüências. Eu já disse, dentro e fora do governo, que eu não quero um debate ideológico sobre a



questão dos transgênicos, eu quero um debate científico.

Ainda nesta semana – o Roberto estava em Oslo e não pôde participar – tivemos a primeira reunião para discutir um projeto de lei que vai para o Congresso Nacional. E vamos discuti-lo com a seriedade que um país do tamanho do Brasil precisa ter; vamos discutir com a responsabilidade que um país do tamanho do Brasil tem no mundo. E vamos discuti-lo não pelos gritos dos que são a favor ou dos que são contra, mas pela capacidade da inteligência brasileira em dizer se nós vamos assumir a responsabilidade ou não. E, a partir daí, queremos ter baseados em sustentação científica, uma diretriz que valerá para todo o território nacional.

Nós sabemos que temos que fazer isso porque, na minha vida política, se tem uma coisa que eu nunca aprendi a fazer foi vacilar diante de problemas. Eu já enfrentei problemas muito mais difíceis do que debater os transgênicos e nunca deixei de dizer aquilo que eu penso no momento certo. E vocês, produtores gaúchos, brasileiros, ministro Rossetto, ministro Roberto, tenham a clareza de que, no momento certo, nós iremos tomar uma decisão, enviar ao Congresso Nacional e definir de uma vez por todas, porque este país merece respeito. E esse respeito que o país merece será muito maior na hora em que nós, brasileiros, aprendermos a nos respeitar. Nós não temos que ter medo de debater nem a transgenia, nem outro assunto qualquer, porque nós queremos é encontrar solução para que o país possa ser cada vez mais forte na disputa desse mercado global, que todos queremos que cresça cada vez mais, e todos nós estamos ansiosos para que a agricultura brasileira continue sendo a razão do extraordinário superávit que o Brasil continua tendo na sua balança comercial.

Por isso, eu quero dizer a vocês da XXVI Expointer que é com muito prazer que estou aqui. Eu não sabia que fazia 18 anos que um presidente não vinha aqui. Azar dos que não vieram antes de mim, porque, se eles soubessem o que é esta extraordinária Exposição, teriam vindo todo ano participar desta



Feira.

Muito obrigado, gente. E até a próxima feira, se Deus quiser.

/mcpro/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no VII Encontro Cívico Nestlé

Palácio do Planalto, 07 de setembro de 2003

Eu quero cumprimentar a minha companheira Marisa,
Meu companheiro Cristovam, ministro da Educação, e sua esposa,
Gladys, que está aqui,
O nosso querido companheiro Agnelo Queiroz, ministro de Estado do Esporte,
O excelentíssimo presidente da Nestlé, Ivan Fábio Zurita,
O companheiro Luiz Dulci, ministro secretário-geral da Presidência da República,
Os alunos,
Os atletas – se vocês continuarem vindo muito a Brasília, não vão ganhar mais medalhas, porque não estão treinando mais, só passeando.

Eu acho que a Nestlé e o Ministério da Educação estão fazendo uma coisa que nós poderíamos, quem sabe, Cristovam, estimular outros exemplos no Brasil.

Não sei se você sabe, Cristovam: eu fui diretor de uma escola no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, uma escola de supletivo. E tínhamos quase 1.900 alunos. Instituímos concursos sobre datas importantes para a nossa nação, sobre temas importantes, e era impressionante como as pessoas participavam.

As pessoas, quando são convocadas e motivadas, participam. Muitas vezes, nós é que achamos que o povo não tem interesse pelas coisas, que nós sequer as motivamos a colocar em prática.

Neste sétimo ano em que a Nestlé escolheu como tema a comemoração



da Semana da Pátria – para que as pessoas pudessem escrever o que seria importante para que a escola se transformasse numa escola ideal ou numa coisa motivadora para a criança participar ou mesmo um adulto, como para a nossa jovem, ali, de 60 anos, que foi para a escola –, seria preciso que pensássemos em algumas coisas que, certamente, pudessem fazer, quase como um milagre, com que as crianças brasileiras e as pessoas participassem com mais vontade nas escolas dos seus bairros e das suas cidades.

E acho que essa participação tem muito a ver com o tipo de escola que nós temos, com o próprio prédio que nós temos, e possivelmente, com o tipo de aula que o professor ou a professora dá, porque na escola deve ser, mais ou menos, como em qualquer outra atividade. Tem aulas que os alunos adoram; por exemplo, uns preferem matemática, outros preferem português, outros preferem geografia, poucos gostam de física e química. Mas, de qualquer forma, tem aulas que a meninada tem preferência. E possivelmente não seja pela aula, mas pela capacidade que o educador tem de fazer com que eles se sintam à vontade para aprender aquela matéria. E tem outras que as crianças vêem como se fosse um castigo. No dia que tem determinada matéria, as crianças falam: “hoje, não vou para a escola. Aquela professora é chata. Aquele professor é chato”. E, muitas vezes, não vão à escola mesmo.

Acredito que nós precisaríamos criar as condições de fazer com que as crianças brasileiras tenham, na presença à escola, um dos mais extraordinários prazeres que uma criança possa ter.

Eu digo isso porque estive no Senai, Cristovam. Eu tinha vontade de ir, porque eu estava aprendendo uma profissão que eu queria aprender; eu tinha vontade de ir, porque estava fazendo uma coisa que eu sentia que era útil para mim. É mais ou menos como esses nossos meninos e meninas quando treinam para ir às Olimpíadas. Eles podem acordar de manhã com preguiça, mas sabem que, se não treinarem para valer, nem irão. Não é que não vão ganhar medalha, é que não terão chance de passar nas eliminatórias. Então, vão com



prazer e com vontade. E a escola precisa ter um pouco disso.

Eu acho que precisamos começar a descobrir como transformar o espaço da escola em algo prazeroso, em que a criança, na sexta-feira à tarde, lamenta que vai ter sábado e domingo e que não vai poder estudar, e que no domingo à noite esteja ansiosa porque na segunda-feira terá aula. Eu acho que isso é possível se nós conseguirmos transformar a escola numa coisa mais alegre, mais plural, em que a criança aprenda muito mais do que algumas matérias.

Eu acho que a escola e os educadores brasileiros precisam fazer essa revolução interna. Acho que todos nós precisamos fazer essa revolução interna, para que a gente possa convencer essa menina de que a escola é, efetivamente, o espaço mais prazeroso que ela pode freqüentar. E, mais ainda, de que será através da sua presença na escola que ela terá certeza que o seu futuro será um pouco mais, eu diria, será menos sofrido do que foi para os seus pais, para os seus avós.

Por isso, a Nestlé está de parabéns. Acho, Cristovam, que é o primeiro ano que você, como ministro da Educação, participa deste evento aqui, como eu, como Presidente da República. Eu acho que nós poderíamos – não sei se no dia 7 de Setembro – incentivar outros tipos de concursos sobre os problemas internos das escolas, não apenas para descobrir, mas para constatar, já no próximo ano, que as crianças estão indo à escola, não porque a mãe está ameaçando colocar de castigo ou porque o pai está ameaçando punir, mas estão indo à escola porque é, efetivamente, o grande lugar onde poderão traçar o seu destino e o seu futuro.

Muito obrigado à Nestlé. Cristovam, meus parabéns. Muito obrigado ao companheiro Agnelo. Meus parabéns a vocês, atletas do nosso país, e meus queridos companheiros do Brasil inteiro, que estão participando deste concurso.

Que Deus abençoe a todos vocês e traga muito mais sorte para o



próximo ano!

/lrj/rss



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Programa Brasil Alfabetizado**

Palácio do Planalto, 08 de setembro de 2003

Excelentíssimo companheiro José Alencar, vice-presidente da
República,

Excelentíssimo companheiro Cristovam, ministro da Educação,

Minha querida companheira Marisa,

Ministros e ministras aqui presentes,

Representantes da Unesco,

Deputados e deputadas aqui presentes,

Empresários,

Eu vou terminar não fazendo o meu discurso habitual, porque eu vou ser muito breve, para dizer para vocês que o problema de alfabetizarmos o Brasil é um problema muito menos de dinheiro, muito menos de recursos, muito menos da ausência de sala de aula, muito menos da ausência de educadores, e muito mais da disposição política de alfabetizarmos o nosso país. Há várias formas para alfabetizarmos o Brasil. Uma delas é que se nós tivéssemos todo o dinheiro do mundo, poderíamos contratar todos os educadores necessários e faríamos todas as salas de aula confortáveis, para que os alunos se sentissem bem, e teríamos o problema resolvido.

Outra forma é ter uma lei, como já temos a Constituição, que assegure que a educação é um direito de todos e que, portanto, cabe ao Estado garantir.

Então, está tudo pronto. Nós já temos a lei e temos uma rede pública, muitas vezes subutilizada, que poderia ser melhor utilizada, e precisamos tomar essa decisão política que estamos tomando.

No Brasil, nós precisamos parar com a idéia de que o Estado pode tudo



e o governo pode tudo. É preciso, de vez em quando, parar e nos perguntarmos: e o nosso papel enquanto cidadãos e cidadãs da sociedade civil? Qual a nossa responsabilidade enquanto brasileiro ou brasileira, enquanto empresário ou empresária, enquanto Igreja Católica ou Igreja Evangélica? O quê, no fundo, nós fazemos para dar a nossa contribuição? Certamente, tem muita gente dando contribuição.

Eu digo sempre, Roberto Marinho, que o nosso companheiro Vicentinho, que eu pensei que iria estar aqui, só conseguiu fazer o vestibular e estudar Direito, porque teve a ousadia de levantar todo dia de madrugada para assistir o cursinho que vocês colocam na Rede Globo de Televisão. Mas nem toda Televisão tem isso, ainda, nem a nossa TV Educativa tem, com a força que precisa ter.

Então, nós precisamos, a partir dessa disposição política, a partir desse acordo, desse decreto, assumir quase que como uma profissão de fé – muito menos por conta das leis ou dos decretos, mas muito mais por uma vocação nossa –: temos que alfabetizar os nossos corações para que a gente possa ter um pouco de sentimento com aquele que não teve a mesma oportunidade que nós tivemos.

Eu dizia, na última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: se cada empresário brasileiro resolvesse alfabetizar 10% dos funcionários que cada um tem, certamente nós, em um ano, acabaríamos com o analfabetismo neste país. Se os estudantes, como a UNE agora, assumirem o compromisso de sair para a rua, de verdade, procurando onde estão os analfabetos... Cristovam, um problema que nós vamos ter é que tem gente que tem vergonha de dizer que é analfabeto. Então, nós não podemos ficar na escola da cidade, ou mesmo do campo, esperando que o analfabeto nos procure. Nós temos que adotar essa política quase como se fosse uma campanha de vacinação em massa, ou seja, uma campanha de vacinação onde o vírus que nós queremos matar é o analfabetismo.



Aí nós vamos ter que, quem sabe – Cristovam, ouvi você falando de um prefeito aqui, que alfabetizou – criar a semana da alfabetização, em que a sociedade brasileira toda se mobilize nos seus municípios, para detectar um analfabeto e fazer com que ele deixe de ser analfabeto.

Nós podemos instituir prêmios para as prefeituras que alfabetizarem, todo prefeito gosta de receber um prêmio. Eu vejo quando as pessoas vão para o exterior e ganham uma medalha porque cuidam bem daqui. É maravilhoso. Quem não gosta de ganhar um prêmio? Mas, imaginem se nós instituíssemos no governo federal, um prêmio para as prefeituras que alfabetizassem os seus municípios.

O que nós precisamos é assumir a responsabilidade que essa não é uma tarefa do ministro da Educação; essa não é uma tarefa do secretário da Educação do estado; essa não é apenas uma tarefa do secretário municipal de Educação essa é uma tarefa nossa. Brasileiros e brasileiras que aprenderam a ler e a escrever precisam socializar os seus conhecimentos, dedicando uma parte do seu tempo disponível para que possamos levar esse direito a alguma pessoa.

A minha mãe morreu com 64 anos sem saber fazer um “o” com o copo, e meu pai morreu analfabeto. E o meu pai era uma coisa inusitada. Eu morava em Vicente de Carvalho, ali na divisa entre Guarujá e Santos e meu pai trabalhava num armazém de café. Era naquele tempo em que o trabalhador ia trabalhar de terno, gravata e chapéu todo santo dia, e meu pai não sabia diferenciar um “o” de um “i”.

Entretanto, todo santo dia ele comprava um jornal em Santos e atravessava de barco, como se estivesse lendo o jornal. Só não via de cabeça para baixo, coitado, porque tinha figura, fotografia e ele não se enganava. Mas isso era a demonstração da vontade que ele tinha de ler e não adiantava ter vontade naquele instante, porque nem sempre o Poder Público está preparado para atender a vontade das pessoas.



Em várias áreas, muitas vezes as pessoas querem, mas o poder público não está preparado para atender a essas pessoas. Eu acredito que nós temos a obrigação moral, ética, humana de criarmos as condições para que aqueles que desejarem, tenham um lugar certo para se alfabetizar.

Aliás, eu acho que a pessoa pode ter o direito de comer e não querer comer; a pessoa pode ter o direito de querer viajar ou não viajar; mas de ser alfabetizado, eu acho que ele não tem que ter direito, ele tem que ter obrigação de se alfabetizar e contribuir para a alfabetização dos seus filhos.

Eu tenho reivindicado muito ao Cristovam, brigado com companheiro Cristovam, porque nós precisamos cuidar dos nossos educadores. Eu acho que os educadores brasileiros muitas vezes são mal remunerados, muitas vezes estão desmotivados e precisam ser motivados. A gente também não pode permitir, por conta do baixo salário que se ganha, ou da não existência de melhores condições de trabalho, que o educador jogue sobre as costas do aluno aquilo que o Estado não lhe oferece.

Por que eu estou dizendo isso? Porque hoje, muitas vezes, uma criança entra às 08h na escola ouve vários professores durante quatro horas seguidas, e não tem nenhum momento em que o professor se preocupa em perguntar se ela aprendeu aquela aula que ele está dando.

Agora, com a aprovação continuada, não existe um tempo para se medir se esse aluno está aprendendo ou não. É por isso que hoje muitas crianças chegam à 4ª ou 5ª séries com muitas dificuldades de saber ler ou de interpretar um texto, por menor que seja, e muitas vezes, não sabem fazer sequer as quatro operações.

Então, essa revolução que você falou Cristovam, é uma revolução que começa a partir de nós, ou seja, cada um de nós tem que assumir a responsabilidade de perguntar, não o que o Governo está fazendo apenas – é importante perguntar e cobrar todo santo dia, mas é importante a gente se perguntar, todo santo dia, ao levantar de manhã, se olhar no espelho e falar: o



que eu estou fazendo?

Ou, toda noite na hora em que for dormir, na hora em que encostar a cabeça no travesseiro, perguntar: o que eu fiz hoje? Além daquilo que é a minha obrigação profissional, o que eu dei para o meu país? O que eu dei para o meu povo? O que eu dei para alguma pessoa? Não são poucos os casos em que nós temos empregadas domésticas analfabetas trabalhando com pessoas que são professores de pós-graduação em universidades brasileiras. Não são poucos os casos.

Então, eu acho que nós temos que resolver um problema dentro de nós, para que a gente possa passar para a sociedade essa força que nós precisamos passar. Nós precisamos ensinar as pessoas a voltarem a acreditar que não tem exemplo, na história da humanidade, de um país que tenha conseguido dar um salto de qualidade, que tenha conseguido se desenvolver sem antes ter apostado na educação. Não existe. E não vai ser o Brasil que vai dar esse salto. É por isso que essa campanha tem que dar certo, independentemente do Governo.

As universidades brasileiras terão que discutir como participar de uma campanha como essa. Todos nós precisamos. O movimento sindical precisa discutir como participar, afinal de contas, não são poucos os trabalhadores de carteira ainda analfabetos.

Então, não é uma responsabilidade de um ou de outro, é uma responsabilidade histórica deste país. E eu sempre disse que, muitas vezes, no Brasil, não se alfabetizou no tempo certo, porque a ignorância era um instrumento de dominação política por uma parte da elite brasileira, ao longo de muitos séculos. Não é à toa que o Peru, já em 1550, tinha universidade. O Brasil só veio a ter universidade na década de 20, no século XX, ou seja, nós perdemos 400 anos e temos que recuperar isso com os exemplos que você citou, de vários institutos que contribuem, para que a gente possa dar esse salto de qualidade.



Eu saio deste ato convencido de que muito mais do que o decreto, muito mais do que uma lei, é preciso que a gente saia daqui convencido de que nós podemos, juntos, mais do que todas as leis.

Imaginem se toda igreja evangélica, toda igreja católica e toda sede de sindicato pudessem, durante quatro ou cinco meses, se transformar num centro alfabetizador deste país. Imaginem se cada empresa pudesse detectar os analfabetos e começar a alfabetizar, dentro do próprio espaço da empresa, ou quem sabem em convênio com a prefeitura.

Nós iremos descobrir, num curto espaço de tempo, que as soluções para esses problemas que se arrastam há séculos, podem ser resolvidos num tempo muito pequeno. É preciso, primeiro, que haja uma revolução dentro de nós para depois a gente conseguir despertar nos outros a mesma vontade que nós temos. Existem alguns direitos tão elementares – como o direito à saúde, o direito à habitação, o direito de comer, o direito de viver, o direito a ler –, que todos nós devemos nos sentir envergonhados de saber que no Brasil ainda tem tantos jovens e adultos que não sabem ler, nem escrever.

Eu quero, Cristovam, dar os parabéns por essa iniciativa e quero dizer a todos vocês, meus amigos e amigas que estão aqui: não é mérito, mas pela primeira vez na história da República tem um presidente e um vice-presidente que não têm diploma universitário. Possivelmente, se nós tivéssemos, poderíamos fazer muito mais, mas eu estou convencido de que, para o político, o mais importante é ele saber o que é importante para o seu povo. E ele não é obrigado a saber, ele tem apenas que ter mais capacidade de ouvir do que de falar. Se a classe política começar a ouvir um pouco mais e a atender um pouco mais aquilo que é o clamor do seu povo, podem ficar certos que a chance da gente acertar é muito maior do que se a gente continuar governando achando que sabe tudo, se a gente continuar governando achando que aqueles que nos criticam já não valem mais a nossa consideração.

Deus, na sua inteligência suprema, fez o homem com uma boca e duas



orelhas e dois ouvidos. Isso significa dizer: “escutem mais do que falem”. E nós, Cristovam, só temos que aprender essa lição elementar da nossa estrutura física, para que a gente possa, quem sabe o ano que vem, ter aqui exemplos extraordinários como esse que nós tivemos hoje, aqui, desse alfabetizado nos acampamentos dos sem-terra e desse metalúrgico que aprendeu a ler, tardiamente, mas aprendeu.

Eu acho, Cristovam, que o seu papel revolucionário é “soltar” a sociedade organizada para que ela se sinta ministro da Educação, para que ela se sinta presidente da República, para que ela se sinta com mais responsabilidade do que nós dois juntos para fazer essa tarefa que, eu diria, será a grande revolução deste país.

Por isso, muito obrigado gente. Agora a bola não está só com o Cristovam, mas também está com vocês.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de comemoração da abertura da conta CAIXA Aqui de número 500 mil

Palácio do Planalto, 09 de setembro de 2003

Meu caro companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meu caro companheiro Palocci, ministro da Fazenda,

Meu caro companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Estou vendo aqui o companheiro Paulo Delgado, nosso deputado federal,

Minha querida companheira Marisa,

Funcionários da Caixa Econômica Federal, gerentes, diretores e “simples mortais” da Caixa Econômica Federal,

Meus queridos companheiros e companheiras que estão, hoje, sendo testemunhas, como protagonistas, de um processo simples de inclusão das pessoas mais pobres no sistema de crédito e no sistema bancário brasileiro.

Somente vocês que viveram até agora sem poder ter uma conta bancária é que saberão dar sentido a esse exercício de cidadania, pois para quem já nasce tendo possibilidade, isso não significa nada. Mas para quem, aos 74, aos 50 aos 60 anos, consegue ter a sua primeira continha, esse é um passo extraordinário.

Quero Jorge, antes de fazer o meu pronunciamento, dizer para você que, uma vez, fazendo uma caravana pelo norte do país, no estado do Pará, eu fui abordado por um prefeito que me dizia que tinha os chamados “piratas” do Rio Tapajós, do Rio Amazonas. A inflação era muito alta naquele período – eu estou falando de 93 – e os prefeitos iam à cidade, em Belém, na Caixa ou no



Banco do Brasil, buscar o dinheiro para o pagamento dos funcionários, porque não tinha nenhuma agência na cidade; e, normalmente, eles eram assaltados no meio do rio. E quando eles não eram assaltados, eles eram obrigados a levar o dinheiro para a cidade e pagar adiantado aos funcionários, porque, como a inflação era muito alta e não tinha agência bancária, eles não podiam ficar com o dinheiro guardado na prefeitura. Então, tinham que pagar.

Uma outra vez eu fui a Minas Gerais, Manhuaçu, em que as pessoas, os aposentados, que tinham que se deslocar mais de 184 quilômetros de ônibus para poder receber a sua aposentadoria de um salário mínimo, porque naquela cidade não tinha uma agência bancária. E gastavam 5% do seu salário no transporte para receber a aposentadoria.

Mudar esse quadro é uma necessidade tão importante quanto a gente fazer a economia crescer, quanto gerar emprego, quanto fazer as casas e o saneamento básico neste país. Porque são coisas pequenas, que não mexem com a classe média brasileira, não mexem com nenhum de nós que temos acesso a banco há muito tempo, mas que mexem com uma parte significativa de milhões e milhões de brasileiros. Só o fato de ter um cartãozinho magnético e poder chegar ao banco e tirar apenas aquilo que é preciso, sem correr o risco de ser assaltado no meio do caminho, já é uma coisa maravilhosa.

Por isso eu quero começar, Jorge, dando os parabéns ao desafio que você assumiu – e não foi apenas a Caixa Econômica, mas o Banco do Brasil, e o próprio BNDES – de provar que o povo estava precisando apenas de uma chance, menos de dinheiro e mais de chance. E na hora em que se abriu a chance, o povo conseguiu surpreender você, acho que todos os funcionários da Caixa e me surpreender, porque a gente previa que chegaríamos a 500 mil pessoas no final do ano e, em apenas três meses, chegamos a 500 mil pessoas. Preparem-se, porque nós ainda vamos ter muitas surpresas e milhões de brasileiros vão procurar a Caixa.



Meu caro Arlindo Chinaglia, aí atrás, tão escondidinho, poderia ter vindo aqui para a frente e, quem sabe, já sair daqui com uma conta aberta na Caixa, para receber o seu salário de deputado.

Um país não pode ter cidadania só pela metade. Um povo não pode viver dividido entre os que comem e os que passam fome; os que moram e os que se escondem; os que têm conta em banco, crédito, financiamento e os pobres, aqueles que, mesmo quando ganham algum dinheirinho, precisam guardar debaixo do colchão, porque banco nenhum se interessa por eles.

Isso criou no Brasil, principalmente no tempo da inflação alta, mas ainda hoje, dois tipos de dinheiro: tem o “dinheiro do rico” e o “dinheiro do pobre”; o do rico fica protegido no banco, dorme lá, rende juros, serve de aval para conseguir mais recursos, créditos, financiamentos, coisas que os pobres não têm.

A origem disso tudo é a vergonhosa concentração de renda da nossa sociedade. Afinal, se 10% população detém 50% da riqueza, os bancos se acomodam e preferem concentrar a clientela no filé-mignon da sociedade. O resultado é um círculo vicioso e o efeito acaba reforçando a causa. Tanto que nós sabemos: ser pobre não significa apenas não ter recursos, significa, principalmente, não ter acesso a quem tem recursos.

A exclusão bancária agrava a concentração de renda. Foi por isso que nós resolvemos fazer uma revolução no microcrédito neste país. E para fazer essa revolução a primeira providência foi ampliar o volume de recursos e o acesso dos pobres à rede bancária. No total, destinamos quase 4 bilhões de reais ao crédito popular.

Uma série de medidas que anunciamos no início de junho já mostram resultados e confirmam a existência de uma enorme demanda não atendida.

A Caixa arregaçou as mangas, rompendo a tradição arraigada neste país de achar que pobre é risco. O resultado é este: o programa Caixa Aqui já passou de 500 mil contas, ou seja, antecipou a meta que era para o final do



ano. O que significa dizer que nós vamos poder dobrá-la até dezembro, se mantivermos uma abertura média de 150 mil contas por mês, quase sete mil por dia.

Não é milagre. É formular a política certa para atender às verdadeiras necessidades da população. Foi por isso que lançamos uma conta sem burocracia. A Caixa não pede comprovante de renda. Por isso, a dona Izabel Maria de Oliveira pôde abrir a sua primeira conta aos 74 anos de idade. Por isso, dona Maria das Neves Mendes da Silva, de 67 anos, pôde fazer o mesmo e se tornar a detentora da conta 500 mil.

A dona Neuza Magalhães, vendedora ambulante, moradora de um albergue em São Paulo, também abriu a sua conta. E, como ela, a Dalva Aparecida; a Ângela da Luz Alves, aqui de Taguatinga. O Edmar Silva, vendedor ambulante também daqui, de Ceilândia. E, ainda, o nosso companheiro motorista que, aos 63 anos, abriu agora a sua primeira conta no Rio de Janeiro.

Nós sabemos que praticamente metade da população trabalhadora, hoje, vive na informalidade. Vamos mudar essa situação. Mas todos nós sabemos também que não será da noite para o dia.

Hoje, se fosse para exigir papelada, todo mundo continuaria de fora, sem acesso a uma conta bancária. Nem endereço fixo a Caixa pede. Exatamente porque nós queremos incluir. Queremos dar uma chance para que o pequeno possa botar o pé no vão da porta e ir abrindo, até conseguir entrar de corpo inteiro e poder dizer, finalmente: sou cidadão brasileiro ou cidadã brasileira.

Quero contar rapidamente como essas medidas tão simples podem mudar, e muito, a vida dos humildes.

Na cidade de São Paulo existem cerca de 9 mil moradores de rua e quase 20% deles são catadores de papel, de alumínio e plástico. São os nossos heróis da reciclagem.



Essa gente pobre, embora viva na rua, ganha o seu dinheirinho honestamente e jamais teve qualquer chance de ter acesso a serviços bancários.

Pois bem, a Prefeitura de São Paulo criou um projeto social dirigido a eles. Entre outras coisas, inclui a abertura de uma conta bancária. Acreditem vocês: 230 contas já foram abertas em dois meses, no posto de atendimento da Caixa, lá no Projeto Boraceia, em São Paulo.

Vocês imaginam o quanto isso significa para a auto-estima desse povo? E não só para a auto-estima. Sim, porque, a conta simplificada é uma via de duas mãos: essa gente simples e decente, a partir de agora, passa a ter direito também ao crédito bancário, a juros reduzidos, compatíveis com a sua capacidade de pagamento.

Inicialmente, o cliente da conta eletrônica poderá tomar até R\$ 200,00, para atender necessidades emergenciais ou gastos extras. Tem gente que acha que R\$ 200,00 é muito pouco. Eu fui a um bairro de Fortaleza, no ano passado, e as pessoas criaram uma cooperativa onde as pessoas emprestam um cartãozinho de crédito, R\$ 20,00 por pessoa. Se R\$ 200,00 é pouco, imagine R\$ 20,00. Agora, imagine R\$ 20,00 num caso emergencial, para uma pessoa comprar o que levar para comer em casa no final de semana. Isso tem mais valor do que, às vezes, três, quatro ou cinco mil reais para uma pessoa ter acesso a uma conta para trocar de carro ou para comprar um outro bem material qualquer. Então, a importância do valor do crédito é proporcional à importância e ao tamanho das necessidades das pessoas.

Estamos tirando muita gente das mãos do agiota, oferecendo crédito popular, a juro baixo. Esta é uma outra coisa importante. Quem vive por esse Brasil afora percebe que, muitas vezes, um trabalhador recebe o seu salário no dia 5 e, por algum motivo, no dia 6, ele já está tomando dinheiro emprestado. E a coisa mais habitual é o cara falar: “eu te empresto 50, mas eu quero 100 de volta, daqui a dez dias. Eu te empresto 100, mas quero 200”. Ou seja, no



fundo, no fundo a agiotagem permeia o comportamento de muita gente neste país e o comportamento dos bancos. Agora, a Caixa Econômica o Banco do Brasil, o próprio BNDES e outros bancos privados que começam a entrar nesse processo, vão garantir que a sociedade deixe de ser vítima da agiotagem estabelecida no nosso país. Coisa que muito lojista já percebeu que vale a pena neste país, por uma razão elementar: pobre paga em dia. Para ter o nome “limpo” na praça, ele não dá calote. E quando atrasa, avisa. Só o Estado brasileiro não havia percebido isso ainda.

Esse é um fator importante. Vocês, que são funcionários da Caixa, que vão lidar com gente pedindo empréstimo: muitas vezes, o único patrimônio que o pobre tem é o seu próprio nome. É por isso que, quando você fizer uma pesquisa em qualquer segmento mais pobre da sociedade, você vai perceber que ele tem ojeriza à palavra “calote” ou não pagamento. Sabe por que? Porque muitos já passaram por experiência de comprar uma geladeira, uma máquina de lavar, um simples fogão e, por não pagar, veio o caminhão e levou embora. Então, zelar pelo patrimônio que é o seu nome, é quase que uma coisa fantástica, coisa que outros não tem. Porque se você pegar as dívidas dos bancos públicos que foram privatizados neste país, você vai perceber que não tem nenhum pobre que deve ao banco. É só pegar a lista. Não tem um único pobre que deve ao banco. Ou seja, quem deve ao banco, normalmente, é uma parte mais aquinhoadada, que teve acesso a juros e a dinheiro que pobre nunca conseguiu ter.

Se o Estado brasileiro não havia percebido isso ainda é porque, de certa forma, desconfiava do povo; porque levava calotes bilionários dos grandes; tomava tombo de milhões de reais, mas não emprestava duzentos, trezentos, quinhentos reais para o pessoal mais pobre, por pura desconfiança.

Agora isso acabou e o país todo vai ganhar com a mudança. O crédito popular ajudará também a criar um mercado de consumo de massa.



Contribuirá para tornar nossa indústria mais forte, nossa agricultura mais produtiva e nosso desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Mas a exclusão não deixa só as pessoas do lado de fora, na soleira do país. Há cidades inteiras – como eu disse agora há pouco –, regiões inteiras invisíveis no mapa financeiro nacional. Nada menos que 30% das cidades brasileiras, ou seja, 1.674 municípios não possuem sequer uma agência bancária. Vira um gargalo na vida do lugar e da sua gente. O comércio não se amplia e o que já existe, definha, porque quando as pessoas vão retirar o dinheiro da aposentadoria, por exemplo, têm que ir para uma cidade vizinha. E aí eles já aproveitam e já gastam o dinheiro deles na cidade vizinha e não na cidade em que ele moram.

Mas agora já existe também a alternativa dos correspondentes bancários. São pequenas padarias, mercearias ou lojas lotéricas contratadas pela Caixa que funcionam como uma agência: fazem pagamentos, recebem dinheiro e liberam benefícios sociais do governo, como o programa Fome Zero. Isso tudo coloca mais recursos no comércio e gira a economia local.

Para isso, nós também facilitamos a regulamentação de cooperativas de crédito com livre admissão de associados. Elas vão ajudar a desenvolver economias locais, muitas vezes sem acesso bancário. Em pouco tempo, já temos dez pedidos de abertura dessas cooperativas no Banco Central. E outros 36 para cooperativas de microempreendedores.

Isso não é fantasia. Há experiências como a de Bangladesh, iniciada há mais de 30 anos, onde se criou um banco dos pobres que, hoje, reúne mais de 2 milhões e 200 mil clientes e uma carteira de empréstimos de US\$ 2 bilhões de dólares. Quem sabe, nós também chegaremos lá.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Em economia não existe panacéia, não existe truque, nem carta na manga. O que existe é o compromisso político deste governo de promover a justiça social, democratizando as oportunidades.



O microcrédito é uma parte fundamental da solução e um requisito da cidadania.

Alguns dizem que a vida moderna é uma mistura de sonho e crédito. Eu prefiro dizer que a vida – em todos os tempos – sempre foi uma mistura de trabalho e esperança.

O que a gente está fazendo com o microcrédito é alimentar a chama dessa esperança, para que ela ilumine um futuro melhor para todos.

Meus parabéns Mattoso, meus parabéns Palocci, meus parabéns aos meus queridos companheiros e companheiras que abriram a sua primeira conta. E meus parabéns aos pessoal da Caixa, por essa demonstração de competência e de bem servir ao nosso país.

/rss



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de entrega da Ordem do Mérito Militar

Palácio do Planalto, 10 de setembro de 2003

Primeiro, quero dizer a todos os membros do Superior Tribunal Militar que recebo essa comenda com o mesmo orgulho com que recebi todas as outras, até o dia de hoje.

Eu, que fui julgado pela Justiça militar, em 1980, e absolvido pelo Superior Tribunal Militar, aqui em Brasília, lembro-me do voto do então ministro general Dilermando Monteiro, que foi uma pessoa com quem eu tive uma relação, eu diria, até inusitada, e quero pedir licença a vocês para contar: no dia 12 de maio de 1978, eclodiram as greves dos metalúrgicos do ABC, na Scania, e o então presidente da Fiesp, o Luiz Eulálio Bueno Vidigal, procurou o comandante do 2º Exército, para pedir que houvesse a interferência do Exército para acabar com a greve. Eu cheguei ao Sindicato, peguei o jornal e vi a manchete de que a Fiesp tinha procurado o Exército para interferir na greve.

Em qualquer outro momento da história brasileira, o dirigente sindical teria saído e procurado um esconderijo. Eu, na mesma hora, peguei o telefone e liguei para o comandante do 2º Exército – que era o general Dilermando – e disse: General, eu quero ter uma audiência com o senhor, porque estou vendo no jornal que a Fiesp esteve aí, contando a versão dela sobre a greve, e preciso contar a minha. Tive uma audiência de três horas e ele me garantiu que, enquanto ele fosse comandante do Exército, não haveria interferência do Exército nas greves do ABC. E a verdade é que não houve, só depois que ele se afastou.

Depois, fui condenado a três anos e meio, na Justiça militar de São Paulo, e absolvido aqui, em Brasília, com o voto do general Dilermando. De forma que a Justiça militar também tem um pouco de relação com a minha



trajetória política.

Eu quero dizer a vocês que fico orgulhoso de receber mais esta comenda. Acho que é motivo de gratificação. E espero que a Justiça militar, sobretudo o Superior Tribunal Militar, continue prestando honrados serviços à nação brasileira.

Muito obrigado pela comenda.

/lrj



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da “Sala de Redação Carlos Castello Branco” e do novo *site* da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República

Palácio do Planalto, 10 de setembro de 2003

Quero cumprimentar os companheiros que compõem a mesa, sobretudo a esposa do Castello, que eu tive a oportunidade de conhecer, via Armando Rollemberg e Hélio Doyle, na posse do Castello quando presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília.

Certamente, muitos de vocês não eram nem nascidos ainda, ou nascidas, e nós já estávamos tentando dar a essa gloriosa categoria dos jornalistas uma melhor representatividade.

E Castello foi eleito presidente do Sindicato num momento muito importante de afirmação da categoria dos jornalistas, que não vinha “muito bem das pernas”, mas dizia-se sindicato. Depois da eleição dos companheiros de São Paulo e da eleição do Castello, tivemos a eleição do Caó, no Rio de Janeiro e do Freitas, em Maceió, e o Sindicato dos Jornalistas ganhou uma projeção de representação classista que, até então, não tinha. Dizem alguns que foram as greves de 1979 do Sindicato dos Jornalistas que desmontaram um pouco essa representatividade adquirida.

De qualquer forma, eu acho que a eleição do Castello, aqui, mudou por algum tempo a cara do Sindicato dos Jornalistas de Brasília. E, certamente, mudou a cara do Sindicato dos Jornalistas no Brasil, porque nós passamos a ter algumas referências nacionais, como Audálio Dantas e o Castello, dirigindo sindicatos importantes.

Eu penso que a vida do Castello tem que ser levada em conta na formação dos novos jornalistas. Dificilmente nós conseguiremos formar



grandes profissionais, em várias categorias, se essa “meninada” não tiver, no seu aprendizado, algumas referências que lhes sirvam de orientadoras para a futura carreira que vão seguir, sobretudo, a carreira de jornalista.

O jornalista só vai descobrir o quanto a sua função é importante o dia em que tiver a incumbência de sair de casa com uma pauta para fazer uma entrevista consigo mesmo, fazer uma reportagem sobre o próprio jornalista. Vocês iriam perceber o que todos nós sentimos, quando temos que conversar com vocês.

Mas jornalista é uma categoria importante, porque todo mundo reclama, mas ninguém vive sem a Imprensa.

Alguns até falam o que não deveriam falar para a Imprensa. Às vezes, uma coisa que é sigilosa, no dia seguinte está estampada nas páginas dos jornais. Então, você percebe que tem jornalistas que adquirem um poder de influência muito grande em determinadas personalidades do mundo industrial, do mundo político, do mundo sindical.

Como disse o companheiro que me antecedeu: pessoas ligavam para o Castello não apenas para utilizar a coluna dele, que era importante mas, às vezes, até para buscar informação. Eu creio que desse mal eu não vou padecer.

De qualquer forma, nós não seríamos o que somos sem a Imprensa brasileira, por mais que a gente fale mal, por mais que a gente reclame, por mais que a gente se queixe.

Outro dia, eu dizia para a Imprensa que notícia de verdade é a que a gente não quer falar e sai na Imprensa. Aquilo que a gente quer falar não é notícia, é publicidade. E me parece que todos vocês aprenderam isso com muita rapidez.

Essa Redação virou um sonho do Ricardo Kotscho. Ele montou a sua Redação. Ele é o chefe.

Eu acho, Ricardo, que quem conhece você como eu conheço, há tantos



anos, sabe o que você pensa da vida, o que você pensa do jornalismo, o que você pensa da sua relação com os seus companheiros e as suas companheiras de Imprensa.

Eu nunca sei se o Ricardo é meu assessor ou assessor de vocês, jornalistas. Eu nunca sei quando ele está tentando me ajudar, ou quando está tentando ajudar a Imprensa. Quem já foi assessor, sabe.

Ricardo, que você tenha a chance da sua vida, a chance de criar uma cara e um jeito novo de fazer essa relação com a Imprensa. É uma coisa que é só sua, que não é do jornalista, é do ser humano. É uma coisa que está dentro de você, entranhada em você, no seu jeito de ser. Até para escolher um companheiro como o Castello para dar nome à sua sala.

Eu acho, Ricardo, que você deve estar garantido até mais do que eu e o José de Alencar para cumprir o mandato de quatro anos.

Desejo que você consiga realizar o seu projeto, fazendo o que você tem de melhor, que é jornalismo e relação humana com os seus companheiros.

Espero que a Imprensa tire proveito desse novo tipo de jornalismo, de redação e de assessoria que vai ser feito agora. E espero que, daqui para a frente os jornalistas – já estou vendo alguns e algumas aqui – dêem notícias mais positivas do Presidente da República. E se não derem, Ricardo, Castelinho vai estar te vigiando, lá, daquela placa, e vai te puxar a orelha.

Quero agradecer a presença dos ministros aqui, numa demonstração do prestígio do Ricardo Kotscho. Acho que tem mais ministros aqui, hoje, do que nas reuniões de Ministério que eu convoco. Nunca vi gente de tanto prestígio como esse Ricardo Kotscho. Não sabia que era tão assim.

Agora, junto ao José Alencar ele não está com muito prestígio, porque em vez de dar uma caixa, ele deu apenas cinco garrafas de “Maria da Cruz” para o coquetel.

Espero que o Jorge, o nosso querido Jorge, do Feitiço Mineiro, que está dando o coquetel, tenha caprichado, porque fomos convidados para um



coquetel e não para ouvir discursos.

Ricardo, boa sorte, querido. Que essa Redação seja um exemplo a ser seguido por outros governos, nos estados e nas cidades, e que a sua relação com a Imprensa possa ser de harmonia.

Meus parabéns! E vamos todos torcer para que dê certo, porque, se der certo, vai ser bom para vocês e vai ser bom para nós.

Meus parabéns, Ricardo!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de reinstalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.**

Palácio do Planalto, 11 de setembro de 2003

Meu caro companheiro Roberto Amaral, ministro de Estado de Ciência e
Tecnologia,

Companheiros ministros e companheiras ministras,

Deputados e deputadas aqui presentes,

Cientistas,

Empresários,

Conselheiros,

Não sei se todos vocês tiveram a sensação que eu tive: este Conselho é um “Clube do Bolinha”. Não foi citado o nome de uma mulher, que é uma coisa que nós vamos ter que reparar, daqui para a frente, a não ser que alguém prove que não tem mulher cientista ou que não tem mulher no governo.

Quero cumprimentar o dr. Eduardo Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciências e o dr. Ennio Candotti, presidente da SBPC.

Eu penso que tem gente aqui que foi indicada para o Conselho, mas que ainda não participou de nenhuma reunião. Isso demonstra – antes de eu proferir o meu discurso – que não basta o Presidente da República ser o presidente do Conselho para ele funcionar. Eu estou acostumado, na minha vida, às pessoas brigarem tanto para ser alguma coisa, e depois que o são, não exercem 10% da energia que o fizeram brigar para ser ocupante de um cargo. Isso acontece muito nos partidos, acontece muito nos sindicatos, acontece muito no movimento social. As pessoas brigam, fazem guerra. Quando assumem o posto, nunca mais aparecem. Ou seja, aparecem na próxima reunião para brigar outra vez.



Eu quero ver se dou a minha contribuição, não sendo cientista, mas Presidente da República, sendo uma espécie de indutor para que o Conselho possa recuperar o tempo perdido. Na verdade, nós estamos reativando um Conselho que fez a sua última reunião, me parece, em 2001. Já faz algum tempo. E, certamente, na República deve ter muitos conselhos que foram criados para justificar alguma coisa, porque têm funcionado muito pouco. Eu acho que nem eu, nem os outros que vieram antes de mim, têm o direito de criar um conselho, de trazer tanta gente importante para participar e depois fazer com que o Conselho finja que não existe. E se o Presidente da República é o presidente do Conselho, mas não convoca as reuniões e não participa de, pelo menos, uma parte das reuniões, ao invés de ser o indutor, ele passa a ser o desmobilizador do funcionamento do conselho.

Como esse é o nosso primeiro encontro, vocês vão ter algum tempo pela frente para cobrar as minhas palavras, até porque, como eu perdi muitas eleições no Brasil, todos vocês que participaram, em algum momento, seja como reitor de universidade, seja como membro da SBPC, sabem que eu tenho compromissos assumidos por escrito, que eu fazia questão de entregar em todos os encontros da SBPC; tem de 1989, tem de 1994, tem de 1998, tem de 2002, eu acho que deve ter na biblioteca das entidades. É só pegar e cobrar, porque agora eu não posso mais fazer promessa, agora tenho que cumprir aquilo que nós já fizemos durante tantos e tantos anos. O fato ruim de se perder muitas eleições é porque se assume muitos compromissos.

Mas eu confesso a vocês que esse início é para quebrar um pouco o gelo, porque eu estava ouvindo o nosso Ministro falar. Eu estava me perguntando: será que todo o agrupamento de ciência no Brasil é todo mundo sério, ninguém ri? Então vai mudar, inclusive o nosso jeito de ser. Eu acho que a coisa que mais me faz, de vez em quando, detectar a minha alegria de ter sido eleito Presidente da República, é poder colocar em prática as coisas que a gente sonha e que acredita ser possível. Esse é o grande desafio.



As pessoas só se lembram da derrota que eu tive para Presidente, mas não se lembram que eu perdi as eleições para governador em São Paulo. Eu me lembro que fizeram uma pergunta para mim: Por que eu queria ser candidato a governador? E eu disse: eu quero ser candidato a governador, porque eu quero ver se eu sou capaz de atender todas as reivindicações que eu faço para os outros. Eu acho que esse é o desafio mais extraordinário de alguém que governa alguma coisa: é poder colocar em prática aquilo que se acredita que é possível colocar em prática, nem sempre com a facilidade do discurso, porque tem muitas barreiras na frente, mas o desafio que está colocado para nós é fazer aquilo que nós acumulamos durante tantos e tantos anos, uns na política, outros nas universidades, outros nos laboratórios. Mas a verdade é que muitos de nós que estamos aqui, se não andamos juntos, certamente, sonhamos juntos durante muito tempo. E agora temos a possibilidade de começar a concretizar esses sonhos. E fica aí Marina, o pedido que você saiba que está faltando mulher no Conselho.

Todo mundo sabe que o Brasil precisa, e muito, de ciência e tecnologia. Esta é uma área do saber, e também do próprio fazer, que o governo tem o compromisso de valorizar profundamente.

Não conheço nenhum país do mundo que tenha rompido as amarras do atraso sem investir seriamente em ciência e tecnologia.

A própria superação da vulnerabilidade da nossa economia depende, em grande parte, do sucesso nesta área. É por meio dela que vamos garantir a nossa inserção, cada vez mais competitiva e soberana, no mundo e o que é importante é que não partimos do zero, já temos muita coisa acumulada.

O Brasil é um país com força e potencial suficientes para produzir conhecimento próprio, afastando-se cada vez mais do risco de se tornar um mero consumidor de tecnologias importadas.

Já possuímos um amplo sistema de ciência e tecnologia do qual fazem parte universidades, centros de pesquisas, empresas estatais, instituições de



base tecnológica e agências federais e estaduais de fomento e porque não dizer, algumas empresas privadas.

Nossa produção científica tem setores de grande destaque em nível mundial e o caso mais visível, porque está na televisão e nos postos de gasolina todo santo dia, é o caso da Petrobrás, com a tecnologia aplicada na extração de petróleo em águas profundas; ou o conhecimento tecnológico e científico desenvolvido pela Embrapa na produção de alimentos, para ficar apenas nesses dois exemplos.

Hoje, aqui, nós estamos apenas reativando o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. No nosso governo, ele será ampliado para que mais entidades representativas da comunidade científica e tecnológica o integrem.

Esse é um dos caminhos para que os projetos nessa área sejam formulados de forma mais democrática, com diálogo amplo, aberto e transparente.

Contamos com o trabalho dos senhores e senhoras integrantes do Conselho para planejar políticas ousadas, viáveis e afinadas com os interesses do nosso país.

Nosso objetivo comum é gerar inovações tecnológicas que agreguem valor aos nossos produtos, aumentando a sua competitividade nos mercados interno e externo.

Ao mesmo tempo, precisamos incentivar e difundir o uso de tecnologias simples que cumprem papel insubstituível junto às regiões e comunidades menos desenvolvidas.

Quando visitei a China, em 2001, tive a oportunidade de ver a aplicação concreta desse tipo de política tecnológica. Lá, o Estado, além de incentivar ao máximo a formação de técnicos de nível médio, faz com que cada região ou província utilize, simultaneamente, todos os meios técnicos ao seu alcance.

Isso significa que todas as camadas sociais são mobilizadas e organizadas no esforço de desenvolvimento do país, independentemente da



tecnologia que dominam, das mais primitivas até as de ponta.

O Brasil, como a China, é um país de grandes contrastes e a promoção do conhecimento científico e tecnológico não pode desconhecer essa realidade.

Ao lado de nossos projetos espaciais ou da biotecnologia coexistem técnicas simples, mas que são essenciais para a sobrevivência de milhões de pessoas. Um exemplo claro, que no Brasil se usa muito, é o soro caseiro.

Nesse sentido, quero destacar a Secretaria de Ciência e Tecnologia, para a inclusão social, criada pelo companheiro Roberto Amaral. Entre as suas iniciativas está o programa de Popularização da Ciência, que apóia e financia museus, feiras e centros de estudos, além de cuidar da capacitação dos docentes.

Até o final do próximo mês serão implantados por este Programa 400 laboratórios nas escolas de ensino médio, em todo país. Em outra ação, essa Secretaria vai introduzir conhecimento tecnológico em atividades como a produção de mel, gesso, mármore, piscicultura e fruticultura.

Já são 66 as atividades produtivas dessa natureza que estão sendo financiadas, principalmente no Norte e Nordeste do país e há, também, projetos realizados em parceria com o programa Fome Zero. São financiamentos exclusivos para a pesquisa sobre nutrição e segurança alimentar, além da criação de uma rede virtual que vai integrar projetos de diversas regiões do nosso país.

O Brasil possui uma comunidade científica das mais competentes e reconhecidas nacional e internacionalmente, por isso é preciso ter o compromisso de apoiá-la e contribuir para ampliá-la. Isso é essencial para que o país desenvolva pesquisas básicas e aplicadas, indispensáveis ao nosso conhecimento.

Nós já formamos cerca de 6.000 doutores, anualmente; nossa meta de compromisso é atingir 10.000 até o final do nosso governo, sem abrir mão de



suas responsabilidades específicas.

O Estado vai continuar estimulando o setor privado a investir cada vez mais em pesquisa. Para os próximos anos, a meta é dobrar os investimentos atuais no setor, tanto os públicos como os privados, até alcançarmos 2% do PIB.

Eu quero lembrar aqui que esse é um compromisso de 1989, de 1994, de 1998 e de 2002. Portanto, é um compromisso reiterado tantas vezes, que eu não tenho como dizer que esqueci o que eu escrevi nos meus discursos passados, porque foram muitas vezes repetidos.

Vou falar agora da pesquisa espacial brasileira, ainda sob o impacto da tragédia que se abateu sobre nós. Temos o compromisso de prosseguir com o desenvolvimento do nosso programa espacial.

Vamos testar em Alcântara, se Deus quiser, ainda no nosso governo, um outro protótipo do VLS. Faremos isso pelo futuro do nosso país, mas também para homenagear a memória dos 21 pesquisadores e técnicos que deram suas vidas pelo desenvolvimento da tecnologia espacial brasileira.

Vocês sabem que, de vez em quando, acontece uma desgraça que foge ao controle de todos nós e aparecem os pessimistas perguntando se vale a pena continuar com esse ou com aquele programa. Se permitirmos que essa lógica prevaleça, nós nunca chegaremos a lugar nenhum, porque não tem nenhuma grande invenção da humanidade que não trouxe riscos, que não trouxe, muitas vezes, prejuízos, que não trouxe, muitas vezes, sacrifício de pessoas, mas que, graças à continuidade dos programas, os homens conseguiram produzir coisas maravilhosas no século passado.

Eu quero dizer para vocês que o Brasil, podem ficar certos, o Brasil ainda vai se transformar num país de ponta, no controle da tecnologia espacial. Não há porque não acreditarmos nisso.

Por último, quero desejar a este Conselho um trabalho qualificado, um trabalho fecundo para o bem da ciência, da tecnologia e do futuro do Brasil.



Quero dizer para vocês que, na minha cabeça, este Conselho não é um clube de amigos. Se fosse um clube de amigos, não precisaria ter o Presidente da República presidindo o Conselho. Neste Conselho nós vamos discutir, vamos divergir, vamos ter, quem sabe, desavenças profundas, mas o que é importante é que todos tenham claro que individualmente talvez nenhum de nós ganhem nada. Agora, certamente, se formos grandes nas nossas convergências e maiores ainda nas nossas divergências, certamente o Brasil será o grande ganhador do funcionamento desse Conselho.

Muito obrigado e vamos já para a primeira reunião do Conselho.

/rss/cms



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração da nova fábrica da Pirelli**

Feira de Santana-BA, 12 de setembro de 2003

Excelentíssimo senhor Paulo Souto, governador do estado da Bahia, e
sua senhora, primeira-dama do Estado, Isabel Souto,

Minha querida companheira Marisa,

Excelentíssimo senhor Vincenzo Petrini, embaixador da Itália no Brasil,

Excelentíssimo senhor Marco Tronchetti, presidente do Grupo Pirelli e da
Telecom Itália,

Meu caro Giorgio della Seta, presidente do Grupo Pirelli e da Telecom
Itália para a América Latina com quem, no começo do ano, eu assumi o
compromisso, lá no estado do Acre, de vir à inauguração da Pirelli em Feira de
Santana,

Meu caro companheiro Cristovam Buarque, ministro da Educação,

Meu companheiro Jacques Wagner, ministro do Trabalho e Emprego,

Minha querida Marina, ministra do Meio Ambiente,

Meu caro Agnelo Queiroz, ministro dos Esportes,

Meus caros deputados federais. Eu não tenho aqui a lista dos estaduais.

Deputado Nelson Pellegrino, deputado Colbert Martins, deputada Alice
Portugal, Edson Duarte, deputado Daniel Almeida, deputado Luiz Alberto,
deputado Aroldo Cedraz, deputado Jairo Carneiro, deputado Luiz Bassuma,
deputado Paulo Magalhães, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto,
deputado Fernando de Fabinho, deputado José Carlos Aleluia, deputado
Gerson Gabrielli, deputado Jorge Cury,

Meu caro José Ronaldo de Carvalho, prefeito de Feira de Santana,

Deputados estaduais,

Prefeitos de outras cidades que estão aqui prestigiando esta



inauguração,

Vereadores,

Funcionários da Pirelli, funcionárias,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu estou convencido de que o Brasil está vivendo um momento excepcional para a retomada do crescimento. O Brasil já superou parte dos graves problemas que nós tínhamos no começo do ano.

O governador Paulo Souto e os deputados, independentemente do partido a que pertençam, os prefeitos e a Imprensa têm consciência de que quando eu tomei posse eu assumi o compromisso de que não ia ficar chorando o que não tinha sido feito, e não queria ficar culpando os meus antecessores pelas dificuldades que eu tinha encontrado. Queria olhar para a frente sabendo que tinha um mandato de quatro anos e que, neste mandato, eu precisaria cumprir a grande maioria das coisas com que assumi compromisso durante uma história de vida, mesmo quando eu não era dirigente político e dirigente sindical.

E fiz isso porque entendia que era preciso primeiro, recuperar a auto-estima do povo brasileiro. Segundo, era preciso conquistar a credibilidade externa, que estava muito abalada. E, terceiro, era preciso conquistar a credibilidade interna no nosso país. E isso nós conseguimos. E conseguimos com uma estratégia de levar o Brasil a um lugar em que muita gente acreditava que o Brasil não poderia ir. É só acompanharem os noticiários dos jornais de ontem e de hoje que vocês irão perceber que o Brasil é a peça mais importante no encontro que está sendo realizado em Cancun, para discutir uma nova relação comercial.

E por que o Brasil se transformou numa peça importante? Por que o Brasil se transformou num protagonista, e não num coadjuvante, nesse encontro de Cancun?



Porque o Brasil acreditou que se não tinha força tecnológica, se não tinha uma economia muito forte para competir com a União Européia ou com os Estados Unidos, era preciso construir um leque de alianças entre países. Países que pudessem combinar uma força capaz de fazer com que nos tornássemos iguais àqueles que têm o potencial econômico e, por conseguinte, o potencial de praticar o protecionismo de que tanto nos criticam.

Fizemos isso cumprindo etapas. Primeiro, era preciso recuperar o prestígio do Mercosul em nível internacional. Segundo, era preciso convencer outros países que era fundamental entrarem no Mercosul e, terceiro, era preciso extrapolar do Mercosul para outros países.

Criamos o G3, um grupo que envolve Brasil, África do Sul e Índia. Pretendemos logo, logo, trazer a China e a Rússia para esse grupo. Depois, criamos o Grupo dos 21, que envolve o Brasil e mais 20 países importantes, dentre os quais a China, a Índia e tantos outros países da América do Sul e da América Latina.

Vamos agora para a África. Em dezembro, vamos para o mundo árabe visitar seis países, porque um país que tem a importância do Brasil não pode ficar esperando que os outros o descubram. Nós é que temos que descobrir o que existe no mundo, para que o Brasil possa tirar proveito dessa relação e dessas negociações.

Isso está colocando o Brasil numa situação, de certa forma, excepcional. Nós, que tínhamos uma inflação assustadora, prevista para 40%, estamos trabalhando com uma inflação de menos de 7% para o próximo ano.

Nós temos consciência, governador, deputados, direção da Pirelli, que reconquistamos a credibilidade internacional e estamos tão tranquilos que eu posso olhar para vocês e dizer: embora esteja vencendo o acordo com o FMI, nós estamos muito à vontade para fazer um outro acordo ou para não fazer um acordo.

Não estamos com a corda no pescoço e muito menos com uma espada



na nossa cabeça. Estamos tranqüilos para tomar uma decisão em função dos interesses eminentemente brasileiros. Estamos tranqüilos para tomar uma decisão em função dos interesses do crescimento do nosso país.

Não queremos fazer disso nenhum embate ideológico. Queremos analisar, no momento certo, se compensa ou não. E, se compensa, em que bases iremos fazer esse acordo.

O que eu posso assegurar para vocês é que, se houve algum tempo em que o Brasil entrou para negociar numa situação desfavorável, porque estava quase pedindo “pelo amor de Deus” um financiamento, neste momento nós entraremos de cabeça erguida, de preferência sem mau humor, para negociar em função dos interesses do nosso querido país.

Podem ficar certos de que não haverá nenhum preconceito em sentar com a direção do FMI, aqui no Brasil, ou em qualquer lugar do mundo. Não haverá nenhum comportamento ideológico para dizer: queremos um acordo ou não queremos um acordo. O que vai prevalecer são os interesses do desenvolvimento nacional. Desenvolvimento esse que não aconteceu há mais tempo porque, lamentavelmente, neste país, durante vários anos, alguns ousaram dizer que o Brasil não precisava de política industrial. E a área de planejamento deste país foi praticamente abandonada e deixou-se o país à mercê da sua própria sorte.

É verdade que o Estado não pode ser o Estado empresarial. É verdade que o Estado não pode se meter em coisas que a sociedade tem mais competência, mais agilidade e mais experiência do que o próprio Estado. Mas é verdade, também, que o Brasil ainda tem regiões aonde não chegou a primeira revolução industrial: temos regiões aonde não chegou, ainda, a segunda revolução industrial; e temos regiões aonde já chegou a terceira, a quarta e já estamos chegando àquilo que a gente poderia considerar como igualdade de condições com qualquer país do mundo, inclusive em tecnologia de ponta.



E é exatamente por essa diferença regional que o Estado não pode prescindir de ser o indutor do planejamento, para transformar as regiões diferenciadas e torná-las um pouco mais iguais do ponto de vista do crescimento econômico e do desenvolvimento. E foi por isso que fizemos o Plano Plurianual.

Muitas vezes, neste país – e aqui tem gente que sabe do que eu estou falando – se fazia um Plano Plurianual como uma peça apenas para mostrar o potencial que este país tinha. E se fazia de uma forma meio complicada, porque se gastava muito dinheiro contratando consultorias. Cada consultoria apresentava um monte de projetos. E aquilo formava um grande projeto para o Brasil.

Pela primeira vez tentamos inovar. Não ainda com a perfeição que gostaríamos, mas em todos os estados, todos os governadores, todos os prefeitos das capitais, todos os deputados e organizações da sociedade foram convidados a participar e a discutir o desenvolvimento nacional, a partir da realidade do seu estado. Porque um dos defeitos do Brasil é pensar o Brasil a partir de Brasília, apenas nacionalmente, sem levar em conta a combinação entre o nacional, o regional e o setorial. Isso fez com que, durante muitos anos, apenas algumas partes do Brasil, ou aquelas que tinham poder de influência junto aos presidentes da República, aos governantes, recebiam alguns benefícios. Os demais ficavam fora.

Eu tenho dito para todo mundo ouvir: sou Presidente de um país de 176 milhões de habitantes, oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Portanto, eu não faço distinção entre o Nordeste, o Sul e o Sudeste. Mas o meu compromisso com o Nordeste é de sangue. Não é possível continuar explicando, em qualquer lugar do mundo que se vá, porque o Nordeste continua sendo a parte pobre deste país. Porque o semiárido nordestino continua sendo, ainda, a parte mais sofrida deste país.

Eu tenho dito que vou fazer as coisas que não prometi. Eu sei, de viajar



por este país afora, que todos os candidatos a Presidente iam no tal do marco zero de uma estrada, no marco zero de uma ferrovia para tirar fotografia, assumindo um compromisso. Aqui mesmo na Bahia, muitas vezes, candidatos vieram aqui. A Bahia era contra mexer na transposição das águas; o Ceará era favorável; a Paraíba era favorável; Sergipe era contra. Eu nunca prometi fazer. Eu não sei como é que nós vamos fazer, mas vamos fazer o debate mais sério já feito na história deste país para que a gente possa conseguir não apenas revitalizar o rio São Francisco, mas que a gente possa, numa combinação entre a Bacia do São Francisco e outras Bacias, atender aquela parte do Nordeste que a natureza deixou que o sol bebesse mais água do que a quantidade de água que cai.

Não vamos transformar isso num projeto de interesse apenas dos estados que vão ser beneficiados. É um projeto nacional, porque o dia em que o Nordeste conseguir, na sua parte mais pobre, dar um salto de qualidade no seu desenvolvimento, nós corremos um bom risco de termos, daqui a trinta anos, um vale do Tennessee aqui no nosso país.

Eu não posso acreditar que a gente não consiga transformar um projeto do Nordeste num projeto nacional, em que todos tenham consciência de que na hora em que conseguirmos desenvolver o Nordeste estaremos desenvolvendo outros estados da Federação. Do Sul, do Chuí ao Oiapoque, todo mundo estará ganhando com o desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Da mesma forma, hoje se discute muito a questão da refinaria. Vamos ser francos: se depender apenas dos interesses empresariais da Petrobrás, ela não tem por quê fazer uma nova refinaria. Aqui deve ter alguém ligado ao setor de petróleo, e vocês sabem perfeitamente bem que já está determinado pela Petrobrás gastar R\$ 1 bilhão para recuperar a refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro e outros tantos milhões para recuperar Paulínia, lá em São Paulo. E, portanto, a Petrobrás poderia dizer: nós não vamos construir uma nova refinaria. O que nós temos discutido internamente? Construir ou não uma



nova refinaria não pode ser uma decisão com uma visão apenas da Petrobrás. Não pode ser uma decisão apenas da empresa, em função dos seus interesses de ganhar mais ou de ganhar menos. É, sobretudo, uma definição estratégica do modelo de desenvolvimento que nós queremos para o país. E o Nordeste brasileiro merece que se tenha na região mais uma refinaria, porque nós estamos pagando para refinar o nosso petróleo lá fora. É uma decisão de Estado, é uma decisão de governo e isso não nos negaremos a fazer.

Pois bem, estamos, agora, discutindo a reforma tributária e a reforma previdenciária. Vocês, deputados, podem ficar certos que eu fico até às 03 horas da manhã ouvindo os discursos de vocês. E alguns teimam em dizer que a proposta de política tributária e previdenciária é do governo federal. Não é. A reforma previdenciária, sobretudo, se fosse apenas por conta do governo federal, eu não teria mandado. Sabem os governadores de estado que a proposta previdenciária é, sobretudo, de interesse dos estados brasileiros, e não do governo federal. E a proposta tributária que eu mandei para o Congresso Nacional também não era minha, era uma proposta que tinha a assinatura dos 27 governadores no mesmo espaço da assinatura do Presidente. Foram feitas mudanças na Câmara dos Deputados? Foram. E foram feitas com uma certa naturalidade, porque lá é o espaço em que a sociedade está representada coletivamente, os partidos estão representados, e é lá que vocês precisam discutir as mudanças, mesmo.

Na reforma tributária é a mesma coisa. Eu dizia ao governador Paulo Souto que nós temos ajustes a fazer e vamos fazê-los. E vamos fazê-los sempre pensando que quem deve ganhar com o resultado final de qualquer política tributária são os 170 milhões de brasileiros.

Estes dias eu vi, nos jornais, que tal estado levou vantagem sobre outro. Vocês, deputados, sabem quais os deputados que fizeram acordos, sabem quais os governadores que pediram para fazer um acordo. O Presidente da República nem estava lá. Portanto, nós ainda temos duas possibilidades de



equilíbrio – uma no Senado e outra na Câmara.

O que eu queria pedir para vocês é que levem em conta uma única coisa: muitas vezes, este país não deu certo em grandes momentos históricos. E quero lembrar apenas um, aqui. Poucos presidentes tiveram oportunidades como teve o meu antecessor, com a implantação do Real. E, depois, se jogou tudo por água abaixo, porque a reeleição passou a ser a coisa mais importante.

Este país precisa se dar uma chance. Este país precisa começar a eleger governantes que não pensem apenas na próxima eleição, mas que tenham, pelo menos, a competência de pensar nas próximas gerações, de pensar o que nós queremos para este país, daqui a 20 ou 30 anos. É preciso construir a base para que este país possa garantir que, daqui a 20 anos, nós estejamos participando ativamente como se fôssemos um país do Primeiro Mundo, do ponto de vista educacional.

Eu vejo a discussão sobre educação, sobre alfabetização. Não há estrutura de Estado que consiga resolver o retrocesso educacional a que este país foi submetido durante muito tempo. Está aqui o Ministro da Educação. 52% das crianças que estão, hoje, na quarta ou quinta série sabem ler, mas não sabem interpretar um texto e 59% não sabem fazer as quatro operações. Isto porque nós ainda continuamos pensando na quantidade, ao invés de pensar na qualidade.

Alfabetizar 15 ou 20 milhões de pessoas não é uma tarefa que o governador Paulo Souto, da Bahia, possa resolver. E muito menos o Ministro da Educação. Eu disse nesta semana: ou nós temos competência de envolver a sociedade, e cada segmento organizado da sociedade para que assuma a responsabilidade de cumprir com a sua parte ou, daqui a 20 anos, ainda estaremos lamentando o fato de não termos alfabetizado este país. Porque, no Brasil, sempre se questionou que determinados investimentos, como na educação, custavam muito dinheiro e não se poderia fazê-los. E hoje, a nossa responsabilidade é perguntar a cada um de nós mesmos quanto custou ao



Brasil a gente não ter feito o que deveria ter sido feito há 40 ou há 50 anos.

Acho importante esse debate que se dá no Brasil. O Brasil é fantástico. Uma coisa que acho fantástica no Brasil é isso: economista, quando está na oposição, tem todas as soluções para os problemas brasileiros. Quando ele assume o governo, já não tem tanta. E os que estavam, que não tinham, quando saem, voltam a ter solução para tudo. Mas deputado também é assim. Acho isso riquíssimo. Acho que é isso que me motiva a acreditar que a democracia tem os seus defeitos, mas ninguém ainda inventou nada melhor do que a democracia. Nada. Ninguém inventou nada melhor do que a democracia.

Às vezes, vejo o deputado Aleluia obstruindo os trabalhos – e eu querendo ir dormir, querendo que a votação se dê logo – e fico pensando: bom, mas essa é uma coisa bonita, porque a obstrução é um instrumento que só pode ser dado à oposição. De vez em quando, fico pensando: por que a situação fala tanto? Situação não fala, vota. O Ulysses Guimarães fazia isso conosco, na Constituinte. Ele deixava todo mundo falar à vontade, mas quando tinha que votar, montava-se o bloco: vota-se. Essa é a coisa rica que acho que vocês não podem nunca perder de vista.

Acho que é importante ter clareza e isso vale para os estados, vale para a União: acho que tem o tempo de briga; tem o tempo em que nós vamos disputar; tem o tempo em que nós vamos para a rua, disputar voto; e tem o tempo em que a gente tem que se dedicar a este país. Até porque tem projetos que não são desse ou daquele partido político, não são desse ou daquele deputado, muito menos desse ou daquele Presidente da República. É preciso construir os projetos que sejam da nação brasileira, que sejam deste país.

E nós vamos tentar, conversando com todos os segmentos da sociedade. Podem ficar tranquilos, companheiros deputados de todos os partidos políticos. Não se preocupem com o discurso, porque no dia em que eu tiver que conversar com vocês, vou conversar sem nenhum preconceito, até porque sei a diferença do discurso político da defesa de uma tese e sei o



quanto é importante um governador, um prefeito ou um presidente da República conversar com o seu Poder Legislativo, para que a gente possa encontrar solução para os dramas maiores deste país.

Por isso, eu queria agradecer à direção da Pirelli, que há 75 anos acreditou neste país, que assumiu comigo, e com o ministro da Educação, no estado do Acre, o compromisso de alfabetizar todos os analfabetos do Acre; à direção da Pirelli, que, sensibilizada pelo discurso e pela meiguice da nossa ministra Marina Silva, resolveu comprar toda a borracha produzida pelos seringueiros do estado do Acre. E Deus queira, Marina, pelo que eu ouvi do discurso do Presidente da Pirelli, que os nossos seringueiros possam quadruplicar a sua produção, porque quanto mais eles produzirem, mais vão ganhar dinheiro e mais vai melhorar a qualidade dos pneus que a Pirelli vai produzir. Há até alguns pneus com a marca Chico Mendes, marca Xapuri, o que é uma coisa extremamente importante para uma região que tinha praticamente morrido do ponto de vista comercial, na questão da borracha. Quero agradecer a direção da Pirelli por essa credibilidade e por essa participação nas políticas sociais que o governo tem feito.

Quero agradecer ao Prefeito de Feira de Santana. Espero que o Prefeito tenha pelo menos colocado no papel o custo da parte do entorno que ele cobrou porque, no escuro, fica difícil assumir um compromisso. De qualquer forma, Prefeito, eu lhe dou um conselho de amigo: primeiro, não pare de brigar pelo seu entorno e pela sua obra; segundo, você pode colocar isso no papel e entregar ao governador Paulo Souto. Ele pode me entregar, pode entregar ao ministro Jaques Wagner, pode entregar a um deputado, pode entregar a quem você quiser, porque você receberá uma resposta, nunca negativa, porque negativa é quando a gente passa a idéia de que nunca vai fazer. E eu não posso passar essa idéia para você, porque não quero diminuir a sua esperança. Quero que você continue com esperança e, quem sabe, se Deus me ajudar, a gente possa não só manter a esperança, mas, quem sabe,



participar da inauguração dessa obra que você entende tão importante para Feira de Santana.

Quero dizer ao governador Paulo Souto que nós vamos levar muito a sério o momento de negociação da política tributária. Volto a repetir e quero dizer aqui, publicamente: eu não tenho projeto de política tributária. Eu não faço de uma proposta uma questão de honra. Eu peço a Deus que a sabedoria dos deputados, dos senadores, dos governadores e do governo federal possa, depois de todas as divergências, produzir para este país uma proposta de política tributária que desonere a produção, desonere as exportações e que possa fazer com que o Brasil se torne muito mais competitivo na sua relação comercial do que é hoje.

É com essa esperança, essa expectativa, que eu trabalho. E tenho certeza de que o resultado será o melhor que o Brasil já teve, em nível de política tributária.

Quero terminar agradecendo a vocês, parabenizando a Pirelli mais uma vez e, sobretudo, parabenizando os empregados. Não sei se vocês perceberam, mas a média de idade dos funcionários aqui é menor do que a da seleção brasileira, o que significa que essa meninada ainda vai dar muitos frutos para Feira de Santana, para a Bahia, para o Brasil e para a própria Pirelli.

Muito obrigado.

[/rss/cms/vpm/lrj](#)



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à
Fazenda do Menor de Feira de Santana**

Feira de Santana - BA, 12 de setembro de 2003

Eu acredito que um ato como este já foi o suficiente para os meus olhos. Não precisaria ter, aqui, nenhum discurso, nenhuma fala.

Entretanto, eu quero começar, não pelo governador Paulo Souto, pela minha mulher ou pelos ministros. Eu quero começar exatamente por quem está nos proporcionando vir aqui hoje, que é a doutora Lourdes Trindade, a idealizadora deste projeto, a mulher que idealizou a Fundação de Apoio ao Menor.

Eu quero saudar à companheira Ana Lúcia, que cantou agora, e foi a regente dessas crianças; quero saudar o Coral Nascer do Sol e, sobretudo, a belíssima coordenação da Ana Lúcia.

Quero saudar os deputados aqui presentes, quero saudar o nosso governador, os nossos ministros e dizer para vocês uma coisa: o que eu vi aqui, hoje, é uma afirmação que venho fazendo, pelo menos há 20 anos: se o Estado brasileiro confiar na sociedade brasileira, se o Estado brasileiro confiar nas instituições já organizadas da sociedade brasileira e, através dessas instituições e dessas entidades, fizer parcerias para políticas públicas no campo social, a possibilidade de termos sucesso é infinitamente maior do que se tentarmos fazer através da burocracia, da máquina pública, seja ela municipal, estadual ou federal.

O que nós vimos aqui, hoje, é a demonstração mais viva de que as pessoas estão precisando apenas de uma oportunidade. Eu duvido que um de nós pudesse, ontem, dizer que um portador de deficiência física, como vimos aqui, fosse capaz de jogar capoeira.

Da mesma forma que eu duvido que em qualquer universidade brasileira



ou em qualquer centro político deste país alguém acredite que seja possível, com poucos reais, permitir que crianças possam ter a oportunidade de se transformar em cidadãos, trabalhadores e trabalhadoras, freqüentadores de escola. E, por que não dizer, em meninos e meninas que, quem sabe, estão tendo a primeira oportunidade na vida para evitar cair na criminalidade, na prostituição, no tráfico e em tantas outras coisas, até na morte precoce, como estamos cansados de ver todo santo dia na televisão.

Eu acho que, hoje, Cristovam, nós que viemos de Brasília, estamos fazendo um curso de pós-graduação em perseverança, em credibilidade, em amor ao próximo e em crença no semelhante, e no que é o mais importante: acreditarmos em nós mesmos.

Eu saio daqui com a certeza de que muitas coisas podem e devem acontecer no Brasil por conta da confiança na sociedade. Nós temos, querida doutora Lourdes, algumas centenas de instituições que, se tivessem um pouco de ajuda, poderiam estar repetindo isto aqui pelo Brasil inteiro. A gente tem igrejas, associações, famílias.

Acho que o que vimos aqui, meu caro Agnelo, meus companheiros ministros, Prefeito e meu Governador, é uma coisa importante, que deve mudar, daqui para a frente, parte das políticas sociais que precisamos aprimorar no nosso país.

Eu estava dizendo que uma coisa como esta talvez não funcionasse se estivesse na mão da Prefeitura, se estivesse na mão do governo do Estado ou se estivesse na mão da Presidência da República, porque, ao indicar um diretor para tomar conta, ele já iria querer 10 auxiliares, um carro, telefone celular, e iria querer tanta coisa que a ajuda a ele ficaria mais cara do que o gasto que a gente faria com a política social e com a finalidade do projeto.

Quero, companheiro Agnelo, dar-lhe os parabéns. O Agnelo tem insistido, há muito tempo, para eu vir aqui; há muito tempo, não, porque estou há pouco tempo no governo. Mas ele tem insistido: “A gente tem que ir lá, em



Feira de Santana. Você precisa conhecer. Você tem que ver o que está acontecendo na Fundação. Você tem que ver o que é o Programa Segundo Tempo. Você tem que ver a fábrica de bolas. Você tem que ver a fábrica de camisas, a fábrica de bolsas, a fábrica de chapéus.”

Pois bem, eu vim. E saio daqui com a minha alma lavada, porque, se vocês, com tão pouco, são capazes de produzir esse milagre, eu fico imaginando o que a gente pode fazer por este país.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês.

/mcpro/lrj



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade de abertura do 37º Congresso Nacional de Supermercados
RioCentro – Rio de Janeiro-RJ, 15 de setembro de 2003**

Eu quero começar cumprimentando a governadora do estado do Rio de Janeiro, nossa querida companheira Rosinha Garotinho,

Quero cumprimentar o presidente da Associação Brasileira de Supermercados, o companheiro João Carlos de Oliveira,

Quero cumprimentar os ministros que estão visitando esta exposição comigo: o ministro Furlan; o ministro Cristovam Buarque, da Educação; o ministro Jaques Wagner, do Trabalho; o ministro Miro Teixeira, das Comunicações; o ministro do Combate à Fome, Graziano; o secretário especial da Pesca, o companheiro Fritsch,

O amigo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o companheiro César Maia,

O presidente do Sebrae, Silvano Gianni,

O presidente do SIAL França, Perter Hazeizet,

O presidente da SIAL Mercosul, Alberto Alvarez Gaiame,

O presidente do Conselho Consultivo da ABRAS, José Humberto Pires de Araújo,

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e também da Associação Paulista de Supermercados, Sussumu Honda,

Todos os senhores e as senhoras ligados aos supermercados e participantes deste evento.

Antes de ler o meu pronunciamento eu quero dizer algumas coisas com relação ao que foi dito aqui. Quando nós nos propusemos a fazer a reforma tributária e a reforma da Previdência Social, nós tínhamos alguns objetivos.



Todo mundo sabe que a reforma da Previdência Social era uma coisa muito mais de interesse dos estados brasileiros do que do próprio governo federal. Mas era necessário e urgente que ela fosse feita, porque senão muitos estados não teriam sequer como continuar pagando os benefícios ao funcionalismo público.

E a reforma tributária só tem sentido se for para desonerar a produção e as exportações. E é importante lembrar que nós tivemos o cuidado político de não mandar uma reforma previdenciária e nem tributária do governo federal. Nós fizemos uma articulação com os 27 governadores de Estado e a proposta foi assinada por todos. Obviamente não imaginávamos que, a partir da assinatura da proposta, nós resolvêssemos todos os problemas. A política tributária está no Congresso Nacional. O ideal seria que tivéssemos dado entrada nas duas, concomitantemente, uma no Senado e outra na Câmara. Não foi possível por não ter havido um acordo político.

Vejam, algumas pessoas tentam falar que a política tributária vai aumentar a carga de impostos neste país. Ora, seria, primeiro, uma insanidade de qualquer pessoa que fez uma campanha criticando o aumento da carga tributária de 25% para 36%, propor aumento. Depois, seria uma insanidade os 27 governadores concordarem com o aumento da carga tributária.

O que nós fizemos, na verdade, foi fazer com que acabassem 27 leis de ICMS e passássemos a ter uma só. Em vez de 44, passamos a ter 5 alíquotas. E eu não acho que nenhum governador será audacioso de tentar aumentar as alíquotas quando a história demonstra que a tendência natural é os governadores tentarem fazer com que mais empresas venham para os seus estados.

Eu estou convencido de que nós estamos aprovando uma política tributária no Congresso Nacional que vai ajudar, e muito, o crescimento da economia brasileira e vai fazer justiça fiscal neste país; vai fazer com que aqueles que podem mais paguem mais e aqueles que podem menos paguem



menos, sobretudo para transformar o nosso país num país mais competitivo, do ponto de vista das suas relações internacionais. Isso está em negociação no Senado.

Eu disse, outro dia, que o governo federal não é dono da verdade, nós agora estamos numa fase importante de votação. No Senado nós temos pelo menos 22 governadores e temos quase nove, acho que nove ex-ministros; portanto, são pessoas das mais experimentadas em política tributária. Ali, poderão fazer todas as correções que se fizerem necessárias, para que a gente tenha uma proposta tributária justa para o nosso país, inclusive com a desoneração da cesta básica, para garantir que as pessoas tenham acesso ao alimento um pouco mais barato.

Eu quero dizer a todos vocês que o momento de contribuir é este, na medida em que a reforma está vivendo um momento auspicioso de debate. É o momento de as pessoas começarem a dizer, efetivamente, qual é o modelo de política tributária que nós queremos para o país.

Uma coisa importante, que vocês têm que levar em conta, é que a política tributária é discutida no Brasil desde que eu me conheço por gente. Ela nunca foi mandada para o Congresso Nacional porque cada setor da sociedade defende a sua, e se não houver alguém que organize a vontade dos outros setores para tentar criar um denominador comum, nunca teremos política tributária.

O César Maia é economista e sabe que os secretários da Fazenda se reúnem no Confaz e, se depender do interesse de cada estado, não haverá reforma tributária no país, nunca. Foi por isso que eu fiz questão de convidar os governadores em separado dos secretários da Fazenda porque, primeiro, era preciso ter uma decisão política para depois, então, discutir as questões técnicas da reforma tributária.

Eu acho que nós vamos ter uma reforma tributária que vai fazer justiça social, como nós vamos ter uma política previdenciária que vai permitir que os



estados brasileiros continuem pagando os seus trabalhadores.

Por outro lado, eu quero ressaltar, neste encontro extraordinário de supermercados, que nós tomamos uma decisão importante quando tomamos posse, que era, em primeiro lugar, tentar recuperar a capacidade de articulação política entre os países que compõem a América do Sul.

Falava-se muito, até então, na integração da América do Sul, mas nós estávamos habituados e muito voltados para a União Européia e para os Estados Unidos. Se bem que queremos continuar tendo as melhores relações possíveis com a União Européia e com os Estados Unidos, porque eu acredito que são, individualmente, os maiores parceiros de todos os países que estão aqui representados, pelo menos os da América do Sul. E nós queremos aprimorar essa relação.

Entretanto, era preciso fortalecer aquilo que está próximo de nós. Primeiro, era preciso recuperar o prestígio do Mercosul e eu acho que estamos conseguindo isso a passos largos. Segundo, era preciso trazer outros países da América do Sul para compor o Mercosul. Já tivemos um ganho extraordinário com a entrada do Peru e esperamos que, até o final do ano, a gente possa trazer a Venezuela e a Colômbia; a Venezuela e o Equador já estão muito próximos e aí, sim, nós vamos ter uma integração melhor com a América do Sul.

Mas essa integração está ligada a um modelo de desenvolvimento que nós estamos pensando para o Continente, porque muito se falou em integração, mas era um discurso apenas. A integração física precisa acontecer para que a gente tenha uma integração comercial, cultural e política. Essa integração pressupõe pontes, pressupõe estradas, pressupõe ferrovias, pressupõe hidrovias, pressupõe vôo direto das capitais da América do Sul para os países da América do Sul. Hoje, por exemplo, se alguém, de algum país da América do Sul, quiser vir ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, muitas vezes terá que ir a Miami para poder vir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro e, se é um



homem de negócios, já faz negócio lá, não vai vir fazer negócio aqui. Então nós precisamos cuidar dessa integração física.

Por isso foi feito, aqui, no Rio de Janeiro, um seminário extremamente importante entre o BNDES e a CAF, que é a instituição financeira da Comunidade Andina, para elaborar os 24 projetos mais importantes de integração física e de infra-estrutura entre os países da América do Sul.

Nós vamos fazer uma reunião, parece-me que em outubro, entre os Presidentes dos países da América do Sul, para que a gente possa definir quais os projetos que vamos priorizar, quais os que nós poderemos fazer em parceria, quais os que o BNDES ou a CAF podem financiar, ou quais aqueles que teremos que viajar o mundo procurando dinheiro para financiar essa integração física, para dar densidade econômica à América do Sul.

Um outro dado importante, e eu queria que vocês, que são homens de negócios, prestassem atenção: o que aconteceu esta semana em Cancún é uma novidade extraordinária na nossa relação com o chamado “mundo desenvolvido”, qual seja, o papel exercido pelo ministro Furlan, pelo ministro Celso Amorim e pelo ministro Roberto Rodrigues na coordenação, junto com os outros países da América do Sul, mais China, Índia, Nigéria, África do Sul, Argélia. Nós criamos o grupo dos 21, o chamado grupo dos países em desenvolvimento, para fazer uma luta política e comercial com os chamados “blocos desenvolvidos”, sobretudo Estados Unidos e União Européia. E eu acho que nós obtivemos um tento excepcional, porque não conseguimos aprovar o que queríamos, mas, também, não foi permitido aprovar o que a União Européia e os Estados Unidos queriam, que era consolidar a política de subsídio deles.

Vejam que nós, em nenhum momento, estamos pedindo qualquer benefício de privilégio ou qualquer favor. O que nós estamos pedindo é que os países em desenvolvimento façam uma política de comércio exterior em que sejamos tratados com igualdade. Nós queremos apenas a oportunidade de



competir livremente. É apenas isso que estamos querendo. E vamos, agora, para a OMC fazer o restante da briga que queremos fazer. Quem sabe não sejamos mais apenas 21, quem sabe passemos a ser 24, 25, 26, 30 e, quem sabe, tenhamos uma força política capaz de fazer com que sejamos ouvidos pelos países que têm hoje um poder econômico e um poder de comércio maior do que os países em desenvolvimento.

E isso está ligado a uma política de comércio exterior mais arrojada. Nós, em oito meses, já fizemos reuniões de trabalho com todos os Presidentes dos países de América do Sul. No dia 3 de novembro embarcaremos para a África e vamos estabelecer uma nova relação com os países africanos; vamos ver o que interessa ao Brasil na África e o que interessa à África no Brasil. Hoje, o homem de negócios de um país africano, para vir ao Brasil tem que ir a Paris. Se ele vai a Paris, já faz negócio em Paris, por que vai vir ao Brasil? Então, cabe a nós, que somos um país com maior potencial populacional, tecnológico e econômico, tomar a iniciativa de abrirmos os caminhos para que os negócios possam florescer muito melhor entre a América do Sul e os países africanos.

E, em dezembro, estaremos abrindo uma nova trincheira, vamos fazer uma viagem para os países árabes. Vamos visitar o Líbano, a Síria, os Emirados Árabes, a Arábia Saudita, o Egito, a Líbia, com o objetivo de, em maio, realizarmos, aqui ou em outro país da América do Sul, uma reunião entre os países árabes e os países da América do Sul, para que a gente possa aproximar os homens de negócios; para que a gente possa aproximar, do ponto de vista político e cultural, um continente que tem uma gama extraordinária de dinheiro investido em outros países. E uma parte desse dinheiro poderia muito bem vir para a América do Sul para que a gente possa ter mais possibilidade de fazer negócios com o mundo árabe.

Isso eu acho que é uma novidade na nossa política externa, ou seja, nós não estamos esperando que as pessoas nos descubram, nós precisamos ter



ousadia e descobrir esses mercados que estão aí, à nossa disposição. Muitas vezes nós deixamos essa gente que está próxima de nós e que poderia se aproximar muito mais, para ficarmos apenas brigando com o chamado bloco dos países desenvolvidos, que, por serem desenvolvidos, já têm políticas mais que definidas e são muito duros na queda, são muito duros na negociação.

Nós precisamos abrir todas as possibilidades que existem para os países da América do Sul, porque achamos que este é o século em que a América do Sul deixará de ser simbolizada no mundo como uma parte da pobreza. Nós temos condições de dar um salto de qualidade e eu queria só pedir para vocês uma coisa: não esperem que o governo possa fazer tudo porque vocês podem fazer muito se assumirem a responsabilidade e a ousadia de procurar novos espaços para os nossos produtos. Isso vale para o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e para quem quiser.

O dado concreto é que nós resolvemos deixar de ser tratados como pequenos, até porque eu aprendi, na minha vida, que ninguém respeita quem vai negociar de cabeça baixa, ninguém respeita quem vai negociar de forma subalterna. Não é preciso andar com o pescoço empinado, com prepotência, mas de cabeça erguida, defendendo os nossos interesses. Nós poderemos crescer e abrir espaços extraordinários para nós e os nossos comerciantes podem ficar certos os nossos comerciantes que nós seremos parceiros nisso.

Quando eu tomei posse, disse que tinha três setores no meu governo que eu iria cuidar da forma mais profissional possível: a área da indústria e comércio exterior, a área da agricultura e o Ministério das Relações Exteriores. Acho que, nessas três áreas, nós estamos fazendo aquilo que poderia ter sido feito há muito tempo.

A primeira coisa que eu disse ao meu ministro Celso Amorim: “ninguém respeita quem tira o sapato no aeroporto.” Então, por favor, um ministro de Estado não pode tirar o sapato em nenhum país do mundo, por conta das



investigações aduaneiras. Se tirar o sapato, já perdeu 50% do seu valor moral e ético.

Eu acho que é isso que vai dar ao Brasil condições de ser tratado com respeito e nós achamos que respeito é bom, nós gostamos, queremos respeitar todo mundo, mas queremos ser respeitados nas nossas relações. Não aceitamos a idéia de sermos tratados como seres humanos de um país em que as pessoas são inferiores e é isso que está norteando a nossa política. Esse é o papel do Furlan, esse é o papel do Roberto Rodrigues, esse é o papel do Celso Amorim, esse é o papel de todos que têm relações com o outro mundo, porque o jogo é duro e nós sabemos que fraqueza não permite que a gente ganhe esse jogo.

Vocês podem ficar certos de que têm um parceiro enorme nessa briga. Não queremos vencer, queremos apenas equilibrar o jogo, porque temos condições de competir. Eu queria dar este recado para que vocês fiquem tanto ou mais animados do que eu estou. Não há espaço para choradeira. Há espaço para a gente reclamar e tentar ver o que precisa ser feito, mas eu acho que acabou o tempo da choradeira. Este país é assim: prefeito joga culpa no governador, que joga a culpa no Presidente, que joga a culpa no FMI, que joga a culpa no Papa e que volta para o povo. Ou seja, cada um de nós tem que assumir a sua responsabilidade. O dado concreto é que nós temos uma dívida histórica com este país, que remonta a séculos, e nós temos a incumbência de começar a resolvê-la agora.

É este o desafio que está colocado e é por isso que eu quero parabenizar a Entidade pela extraordinária parceria que está fazendo no campo da alfabetização, no campo do combate à fome, numa demonstração de que, se todo mundo assumir o pedacinho de responsabilidade que tem, vai ficar mais fácil para todos. E todos nós vamos ganhar. Podem ficar certos disso.

Por isso, eu quero parabenizar, mais uma vez, a entidade coordenadora deste Congresso, a Associação Brasileira de Supermercados, com a certeza



de que o Cristovam e o Graziano arrumaram uma parceria extraordinária para ajudar a combater dois males crônicos deste país: o analfabetismo e a miséria.

A sabedoria de um povo pode ser medida pela capacidade de transformar obstáculos em oportunidades e impasses em solidariedade ativa. A fome, nesse sentido, é um teste-limite. Dentro dela cabem todos os desafios extremos que podem se abater sobre uma sociedade. E não foram poucos os povos que sucumbiram diante dessa provação. Mas nós sabemos também que emergiram mais fortes as nações que souberam reunir forças para vencer a fome. Esse caráter de urgência, ao mesmo tempo pedagógico e transformador, foi o que nos levou a tornar o combate à fome um compromisso prioritário, uma agenda de convocação nacional, fixada logo no primeiro dia do meu mandato.

Fomos eleitos para mudar o Brasil. Temos consciência, porém, de que nenhum Presidente da República, nenhum governo democrático pode transformar um país sozinho. Para superar nossas iniquidades é preciso acionar a mais poderosa parceira da história: a vontade humana de reinventar o futuro.

O combate à fome revela o quanto existe dessa determinação na sociedade brasileira. Felizmente, a adesão ao programa Fome Zero mostrou que essa vontade é muito maior do que qualquer um de nós pensava. Iniciativas como a da Associação Brasileira de Supermercados, a ABRAS, ao lado de tantas outras entidades, empresas e indivíduos que atenderam a esse chamado, confirmam essa mobilização.

Ao colocar sua infra-estrutura de 70 mil pontos de vendas à disposição da política social do governo, a ABRAS sinaliza o que muita gente não entendeu no início: que o mais importante, no combate à fome, não é separar iniciativas emergenciais daquelas que atacam as causas do problema, ambas são prioritárias, e por uma razão elementar: amanhã, os famintos de hoje simplesmente estarão mortos pela fome.

Nessa batalha, a urgência do presente é um requisito para o futuro. O



essencial, portanto, é multiplicar compromissos duradouros em todas as esferas da sociedade. É construir essa vontade nacional, que empresta à luta contra a fome e a miséria uma legitimidade ativa e mobilizadora, e fazer dela uma peça indissociável da engrenagem de funcionamento da economia e da sociedade. E porque está sendo assim é que está dando certo.

Tenho certeza de que o Fome Zero iluminou um porão da nossa história. Creio que, hoje, ninguém mais se recusa a admitir que a urgência número um deste país é de natureza moral, ética e política. Nós temos os recursos para acabar com a fome. O Brasil é o maior exportador de soja do mundo. Batemos os Estados Unidos este ano. O Brasil é o maior exportador de carne do mundo. Batemos a Austrália este ano. O Brasil tem terra e competência para alimentar o seu povo e também outros povos se o protecionismo irracional for superado.

Nós não aceitamos a fome com um dado da natureza. A origem e o desfecho desse drama tem um só autor: nós mesmos. É por isso que essa nossa luta tem implicações práticas nas prioridades do nosso desenvolvimento, na vida das pessoas, na atuação das empresas.

Estamos promovendo uma revolução pacífica contra a força bruta do egoísmo social e da injustiça econômica. Muitos já arregaçaram as mangas e vieram reforçar as trincheiras abertas pelo governo e por entidades que apóiam o Fome Zero. No próprio setor público há exemplos encorajadores de como ir além do simples assistencialismo.

A Petrobrás demonstrou isso recentemente, ao introduzir critérios pedagógicos no relacionamento com seus fornecedores. Até aqui seus processos de licitação incluíam somente critérios econômicos, técnicos e ambientais. Agora, o fabricante que quiser vender à maior companhia brasileira será estimulado a incorporar à excelência indicadores de desempenho social da empresa no combate à fome e à exclusão. É a pedagogia da fome aplicada no mundo dos negócios. Não como um efeito ornamental ou publicitário, mas como um indicador de desempenho tão sério quanto as metas de produção de



vendas ou de custos.

A Petrobrás tem dois mil fornecedores. Imaginem se as grandes redes de supermercados que trabalham com mais de 150 mil itens tiverem o mesmo comportamento pedagógico, ou as indústrias que abastecem suas lojas.

O governo federal está fazendo a sua parte e tem certeza de que a sociedade fará a dela. O Fome Zero já chegou a 850 municípios mais pobres do país, beneficiando 780 mil famílias. Em dezembro teremos incorporado um milhão e meio de famílias do Norte e Nordeste brasileiro. Vamos ultrapassar as metas deste ano, e isso não é mais do que obrigação.

A dívida deste país com a grande maioria do nosso povo é tão grande que, por mais que façamos, só nos cabe fazer ainda mais. Estamos atacando a fome em várias frentes. Criamos mecanismos para incentivar a agricultura familiar e iniciamos uma revolução no microcrédito para estender, a milhares de brasileiros, o direito de ter conta bancária e financiamento. A Caixa Econômica Federal está abrindo 150 mil contas populares por mês.

E aqui eu quero fazer um parêntese: possivelmente, todos nós aqui, que temos conta em banco, não tenhamos noção da importância de uma pessoa ter a primeira chance de abrir a sua primeira conta no banco. Eu fiquei emocionado quando fui participar da festa de abertura da conta 500 mil do “Caixa Aqui”. A gente imaginava, até dezembro, chegar a 500 mil contas abertas na Caixa. Chegamos a isso em três meses. E agora, estamos achando que, em dezembro, chegaremos a um milhão. Da mesma forma, nós já colocamos à disposição, em crédito para pessoas físicas, praticamente quatro bilhões de reais.

E vamos agora instituir, com as centrais sindicais, uma linha de financiamento a juros mais baratos, para que essas pessoas possam ter a sua folha de pagamento como garantia de que quem emprestar o dinheiro vai receber. E vamos fazer isso agora com todos os aposentados brasileiros, e as pessoas poderão tomar emprestado até dois salários a juros de 2% ao mês,



para que possam ter acesso a um financiamento mais barato do que elas têm, hoje, numa financeira qualquer.

Estamos fazendo isso para garantir que as pessoas possam ter um grande poder de consumo de massa. O Furlan, esta semana, talvez assine o acordo de uma política de financiamento para a chamada “cadeia de geladeiras e de fogões”, para que a gente possa agilizar o comércio nessa indústria, que está tendo um problema muito sério. Ou seja, nós vamos tentar fazer com que todo e qualquer dinheiro disponível, que possa financiar o consumo de massa, a começar pelo alimento, possa ser colocado à disposição daqueles que precisam do dinheiro, que é a parte mais humilde da população.

Nós sabemos que isso não resolve tudo, porque o que vai resolver tudo é, definitivamente, a economia voltar a crescer e a gente gerar os empregos e a distribuição de renda que precisam ser gerados. Mas, enquanto isso não vem, nós não podemos ficar parados esperando apenas a economia crescer. Porque mesmo que ela cresça a 5%, ainda assim vai demorar muito tempo para a gente atingir a plenitude das pessoas que precisam de emprego e das pessoas que estão desempregadas. Portanto, nós vamos tentar colocar o que for possível de dinheiro em circulação no mercado para que a gente possa ver a nossa indústria crescer. Primeiro, ver vocês voltarem a vender, ou seja, que as pessoas não passem apenas passeando ou olhando os preços; que as pessoas possam comprar e, comprando, a indústria vai produzir mais; e a indústria produzindo mais, certamente nós estaremos chegando ao que queremos, que é a geração de empregos.

Vejam, na política tributária nós estamos trabalhando para desonerar a cesta básica, porque do jeito que é hoje não é justo uma pessoa pagar imposto no feijão ou no leite. Às vezes, o leite é tratado como se fosse uísque. Eu, particularmente, não tenho nada contra o uísque, se ele for bebido moderadamente, mas a contribuição sobre o valor agregado é mais justa porque recai sobre a margem que é a mínima, no caso dos alimentos



essenciais. Por isso é que nós queremos desonerar a cesta básica e isso certamente vai baratear os alimentos.

Meus amigos e minhas amigas, o que eu quero enfatizar aqui, de qualquer forma, não é um catálogo de ações, mas um método, uma filosofia de compromisso entre o governo e a sociedade, para realizar as grandes transformações que o país requer, que o nosso povo espera há tanto tempo.

O Brasil tem cinco séculos de injustiças acumuladas na vida da maioria da população mais pobre. Chegamos ao limite, ninguém pode mais dizer que “não é comigo”. A fatura das oportunidades negadas e das esperanças perdidas é nossa, de todos nós. Por isso, começamos pelo mais urgente, pelo que não podia e não pode esperar, pelo inadiável: pelo combate à fome.

O poder transformador dessa batalha é imenso. Para construirmos uma verdadeira nação é preciso acreditar que o futuro pode sempre ampliar os limites do presente, pode ser muito mais justo para que, dentro dele, caibam todos os filhos desta Terra, porque somente assim ela será, cada vez mais, uma pátria amada e gentil.

Estamos juntos nessa empreitada. Parabéns Abras e parabéns às delegações estrangeiras aqui presentes.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de abertura da reunião do Conselho da Organização Internacional do Café

Cartagena das Índias - Colômbia, 16 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Foi com muita honra que aceitei o convite do presidente Uribe Vélez para participar, aqui em Cartagena das Índias, das celebrações dos 40 anos de fundação da Organização Internacional do Café.

O Brasil, juntamente com a Colômbia e outros países produtores de café aqui representados, estiveram presentes no nascimento desta Organização destinada a valorizar um produto que se confunde com a própria história e cultura de nossos países.

Nós, brasileiros, apreciamos o café por seu aroma e paladar e pelos hábitos e costumes que marcam nosso dia-a-dia e que ajudaram a forjar a nossa identidade nacional.

Apreciamos o café, sobretudo, por outra razão. Mais do que qualquer outro produto, o café foi um divisor de águas na trajetória econômica do Brasil. A riqueza do café trouxe investimentos que construíram o Brasil moderno.

A partir de meados do século XIX, as plantações e os braços que nelas trabalhavam se multiplicaram em solo brasileiro. A cafeicultura se transformou na principal atividade agrícola e passou a responder por mais da metade da renda das exportações.

Ao contrário de outros produtos que, em diferentes épocas, trouxeram riqueza efêmera, o café construiu as estradas de ferro, ampliou os portos e gerou a prosperidade, que são a base do crescimento econômico que o país conheceu durante décadas. Foi a produção e a exportação do café que



permitiram a um país como o Brasil, pobre e atrasado, trilhar o caminho da industrialização e do progresso.

Esta é a história, também, de muitos países aqui presentes. Por isso a OIC é tão importante, uma organização que valoriza, a um preço internacional justo, o trabalho e o investimento de nossa gente.

Senhor Presidente,

No momento em que a OIC completa 40 anos, há muitas realizações passadas a celebrar. Mas devemos também lembrar o desafio que representam as profundas transformações na economia internacional das últimas quatro décadas. Nesse período, os produtos de base perderam o valor que tiveram no passado, com a deterioração nos termos de intercâmbio. Para o presente e o futuro fica o desafio de revalorização do nosso produto que, para muitos, é uma fonte crucial e insubstituível de divisas.

Diante dos preços aviltados para o café nos mercados internacionais, a OIC e os produtores e consumidores precisam, mais do que nunca, cooperar para encontrar soluções duradouras e, sobretudo, justas. Soluções que remunerem, de forma eqüitativa, todos aqueles que, com seu engenho e suor, ajudam a transformam a terra virgem na bebida mais popular no mundo.

É inaceitável que hoje apenas um lado esteja ganhando: a indústria torrefadora nos países desenvolvidos, as butiques de café, sem falar nos países que impõem elevados tributos internos ao café processado. Enfim, os intermediários na colocação do café nos mercados consumidores.

Precisamos evitar que a drástica redução dos preços desencadeie um círculo vicioso em que todos perdem, causando o empobrecimento irreversível dos produtores de café, a queda da qualidade, o abandono das lavouras, o crescimento da marginalidade, a instabilidade no campo.

E também os consumidores finais, pois os preços baixos pagos ao produtor não impedem que continuem pagando um preço muito elevado pela sua xícara de café.



Nós, países produtores, temos assistido quase que impotentes ao desenrolar dessa crise.

Estamos nos empenhando, na OIC, para implementar um programa para melhorar a qualidade do produto oferecido ao consumidor final. O Brasil está fortemente engajado nessa estratégia, pois, ainda hoje, o café continua sendo muito mais do que um gerador de exportações e de divisas.

O Brasil se diversificou e incorporou grande número de novos bens à pauta de exportação, mas o café ainda é vital para a sobrevivência de milhões de famílias brasileiras. Para uma grande parcela da nossa população, é o café que lhe dá força para trabalhar no dia-a-dia.

Os cafezais se espalham por cerca de 300 mil propriedades rurais, empregam mais de 3 milhões de agricultores e geram outros 5 milhões de empregos indiretos. É, portanto, um setor estratégico da economia brasileira.

Junto com as lideranças políticas, produtivas e trabalhadoras, o governo brasileiro tem se empenhado em formular políticas para viabilizar economicamente os produtores e suas famílias.

A marca da política cafeeira de minha administração tem sido a busca da melhoria na remuneração da produção e nas condições de vida dos trabalhadores da cafeicultura, e da redução das desigualdades. É assim que vamos aumentar as vendas e os preços. Em parceria com o setor privado, o governo brasileiro está fazendo a sua parte. Estamos estabelecendo uma política permanente de incentivo ao consumo doméstico e buscando melhorar a qualidade do produto. Mas, como exigir do produtor qualidade, quando sua renda cai a olhos vistos?

Senhor Presidente,

Como já aprendemos no Brasil, não há fórmulas mágicas para resolver os graves problemas da cafeicultura. Uma resposta duradoura, que garanta os interesses estratégicos de nossos países, está num esforço redobrado para conquistar e ampliar mercados. A verdade é que os mercados internacionais



estão inundados por um excedente do produto. Pior, a demanda está praticamente estagnada, sem perspectiva de melhora, se não tomarmos medidas consistentes. A OIC continuará a ter um papel primordial nesse esforço. Há, no entanto, outros canais de ação coordenada a explorar. Para o Brasil, as negociações em curso na Organização Mundial do Comércio terão papel decisivo na abertura e na expansão dos mercados.

O café, como os demais produtos de base, sofre as conseqüências da agressiva política protecionista dos países importadores. Resolver o problema do café é exigir uma verdadeira liberalização do comércio. É obter o compromisso dos países importadores de reduzir as altas tarifas que criam obstáculos formidáveis à agregação de valor ao café que exportamos. Nesse sentido, apelamos aos países importadores para que reduzam a zero as tarifas sobre o café processado e, assim, apóiem a industrialização dos países produtores.

O Brasil e outros países produtores como Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Índia, México, Peru, Venezuela e Tailândia apresentaram proposta construtiva e realista para as negociações agrícolas na OMC como uma contribuição para a eliminação do protecionismo, que limita seriamente nosso desenvolvimento sustentável. Esperamos, do lado dos importadores, resposta igualmente construtiva e realista.

Para o Brasil, o balanço desses 40 anos de existência da OIC é positivo. Muito se realizou e os frutos gerados fizeram as lavouras e o consumo se expandirem.

Mas temos pela frente árduas tarefas. Precisamos buscar recuperar, a níveis minimamente remunerativos, a rentabilidade do setor produtor. Precisamos abrir novas perspectivas pelo aumento do consumo doméstico e pela conquista de novos mercados. Precisamos também convencer nossos parceiros no mundo desenvolvido a dismantelar suas barreiras ao nosso café processado.



Por meio do diálogo e da persuasão, estou seguro de que os membros da OIC saberão encontrar as soluções inovadoras para vencer a presente crise de forma duradoura e em benefício de todos os produtores. Acima de tudo, tenho a convicção de que a OIC sairá fortalecida e o café voltará a ser instrumento para a realização das aspirações de muitos países, de trilhar a estrada do crescimento e da prosperidade. Pode ficar certo de que o governo brasileiro estará empenhado nesta pauta.

É importante lembrar a proposta inicial, feita no fim do seu discurso, pelo senhor Nestor Osório: é importante que todos os produtores de café tenham clareza que nós não iremos resolver o problema do café achando que os governos dos países produtores podem, a cada crise, financiar a produção.

Nós já detectamos onde é que está o problema e ele está nas tarifas cobradas pelos países importadores. O nosso problema está nos torrefadores e está em meia dúzia de empresas que tratam da exportação.

Portanto, se nós sabemos o que avilta o preço e quem diminui o ganho dos produtores e dos trabalhadores, a proposta da construção de uma câmara setorial, em que o presidente Álvaro Uribe, eu e outros poderemos estar presentes, é para fazer uma discussão, com muita profundidade, para que o preço do café seja determinado de forma justa, em que possa ganhar um pouco o torrefador, possa ganhar um pouco o exportador, possa ganhar um pouco o consumidor e possa ganhar a parte que efetivamente produz café no mundo, que são os produtores e os trabalhadores.

Muito obrigado.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência de Imprensa com o Presidente Álvaro Uribe
Cartagena das Índias - Colômbia, 16 de setembro de 2003**

A história de Cartagena das Índias tem muitas semelhanças com a história do meu país. A Baía de Cartagena foi descoberta em 1501, apenas um ano após a chegada ao Brasil do descobridor português.

Como muitas das cidades da costa brasileira, Cartagena foi palco de desembarque de escravos africanos e de sangrentos conflitos entre indígenas, colonizadores e piratas.

A beleza arquitetônica que vemos, hoje, em parte resulta disso, pois foi aqui desenvolvida uma importante engenharia militar de que são testemunhas as sólidas muralhas que cercam o Centro Histórico. Mas o povo de Cartagena é, hoje, amante da paz, apesar dos sofrimentos do passado.

Tenho insistido com os Presidentes dos países da América do Sul, com quem tenho conversado, que a nossa união fará a diferença. Seremos respeitados nas negociações comerciais e nas tratativas com países mais poderosos se estivermos unidos. Pouco poderemos fazer se permanecermos isolados.

No plano político da América do Sul, tenho demonstrado perseverança na preservação dos valores democráticos e na defesa dos direitos humanos. Somos respeitados por isso.

Não falta muito para que se consolidem esses valores nos nossos países. Algumas crises que ainda existem podem ser superadas com a nossa determinação e com boa vontade. Da parte do Brasil não hesitamos em oferecer toda ajuda que for solicitada e julgada apropriada para auxiliar os nossos irmãos dos países vizinhos a superar dificuldades e resolver problemas.

Ao encerrar, renovo o meu profundo reconhecimento pela alta distinção



que recebi aqui. E desejo muito êxito e felicidade pessoal a Vossa Excelência,
na gestão desta maravilhosa cidade, belíssimo Patrimônio da Humanidade.

Muito obrigado.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do programa de Crédito com Consignação em Folha de Pagamento

Palácio do Planalto, 17 de setembro de 2003

Eu creio que o que nós estamos fazendo aqui, hoje, precisa da compreensão da sociedade para o gesto. Para uma empresa que vai fazer um financiamento no banco, se for uma empresa sólida, que tenha recebíveis garantidos, os bancos emprestam com muita facilidade o dinheiro, porque sabem que não vão perder. Mas se é uma empresa da qual nem o próprio dono tem certeza do futuro no final de dezembro, obviamente o banco exige uma taxa de juros maior para garantir o empréstimo.

Com os trabalhadores acontece a mesma coisa. Isso aqui não é nenhum favor, nem um favor do governo, nem um favor da Febraban, nem um favor de ninguém. Isso aqui é uma troca, eu diria, esperta, inteligente e oportuna.

Quando alguém vai a um banco buscar dinheiro emprestado e, na hora de preencher a ficha, fala: “estou desempregado há dois meses,” certamente o banco não vai emprestar dinheiro para ele. Ou, se emprestar o dinheiro, o “spread” vai ser tão alto que ele vai preferir não tomar o dinheiro emprestado.

O que vocês estão dando ao sistema financeiro? Vocês estão oferecendo ao sistema financeiro aquilo que o trabalhador tem de mais sagrado, que é o seu salário no final do mês. O banco vai ter a certeza de que, ao estar financiando um trabalhador que tem carteira assinada e recebe salário no final do mês – e que, portanto, o desconto pode ser pactuado entre o sindicato e a empresa –, o risco é zero. Ou seja, o banco vai emprestar com a certeza de que vai receber esse dinheiro a cada mês e isso é uma garantia que não existe em qualquer lugar do mundo.

Hoje, por exemplo, é muito fácil emprestar dinheiro para a Petrobrás,



mas seria muito difícil emprestar dinheiro para muitas outras empresas que não têm força econômica. Quem sabe, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica consigam dinheiro com facilidade, emprestado, mas outras instituições não conseguem. Então, eu acho que esse é um marco importante, é uma troca de ações entre parceiros que vão favorecer o comércio e, conseqüentemente, a indústria, e que podem contribuir para que haja um aumento de emprego neste país.

Não é apenas essa medida. Mas essa medida, se assumida por todo o conjunto dos trabalhadores assalariados, tem um potencial de movimentação de recursos excepcional. E, aí, o movimento sindical precisa jogar duro para que haja um acordo em que o juro seja, efetivamente, compatível com as necessidades que o trabalhador tem, sobretudo aquele que tem uma renda média – nem o que ganha muito pouco, nem o que ganha muito. Isso vale, inclusive, para os jornalistas.

O sindicato de vocês pode pactuar com as empresas, descontar na folha, vocês vão ao banco e pegam um dinheiro emprestado. Jornalista, de vez em quando, troca de geladeira, troca de televisão ou compra outra coisa qualquer, e aí pode ter descontado na folha, sem nenhum problema. Vocês não precisarão andar dizendo, quando forem tomar um chopezinho: “ah, estou pendurado no cartão de crédito, meu cheque especial está estourando na minha conta”. Está bom. Vocês vão ao banco, pegam um empréstimo, compram a dinheiro e vão pagar a prestação um juro mais barato. Ou seja, está resolvido o problema da “pendura”, também do jornalista, neste país. Vocês estão incluídos neste rol dos trabalhadores que vão se beneficiar.

Eu acho que o que nós estamos fazendo, companheiros sindicalistas, empresários e representantes do sistema financeiro público e privado, é tentar mostrar que, se a gente não consegue pegar sempre o peixe grande que a gente quer pegar, é possível fazer um grande somatório de peixes menores, fazer uma caldeirada e comer uma boa peixada.



Se não tem dinheiro para o investimento que um país como o Brasil precisa, para que volte a crescer com a rapidez que todos nós queremos, é preciso a gente se mexer para encontrar formas de colocar dinheiro em circulação.

Eu acho este momento importante porque o que nós estamos fazendo com vocês nós vamos fazer com os aposentados brasileiros. É só acertar como isso vai para a folha de pagamento do INSS, mas eu acho que nós temos que estender esse benefício aos 19 milhões de aposentados brasileiros, que, muitas vezes, precisam de 50 reais.

Obviamente que, para os aposentados, vai ser preciso discutir, porque eu não sei se o INSS tem a mesma rapidez de controle da folha de pagamento que tem uma empresa mais organizada. Mas de qualquer forma, se não tiver, tem que se preparar e se organizar para facilitar a vida das pessoas.

Se vocês tiverem consciência do que já foi feito, nesses últimos três meses, com a redução do compulsório bancário, foi acertado o incentivo ao financiamento a juros de 2% ao mês.

O BNDES já liberou 1 bilhão de reais de uma linha destinada a microempresários do setor informal da economia. A Caixa Econômica Federal já anunciou, praticamente, 3 bilhões também para as pequenas empresas neste país. Para a agricultura familiar foram liberados 5 bilhões e 400 milhões, além do banco que eu espero que a gente vá anunciar em algum momento aí, com uma certa pompa, que é o Banco Popular, o braço especializado em microcrédito do Banco do Brasil. Eu acho que será uma coisa extraordinária, além do sucesso da Caixa Econômica Federal com a abertura de conta para as pessoas que nunca tiveram conta num banco.

Eu digo isso porque eu vi a alegria daquelas mulheres e homens que vieram aqui quando nós fomos assinar a conta nº 500, que simbolizava 500 mil contas. A gente imaginava chegar a 500 mil em dezembro, chegamos a agora e o Mattoso já está pensando em chegar a 1 milhão, até o final do ano.



Possivelmente, quem tem conta no banco não dá importância. Afinal de contas, o que é ter uma conta no banco? Mas para aquelas pessoas que, pela primeira vez, conseguiram entrar num banco e ser tratadas como clientes – nem como indigentes, nem como suspeitas, mas ser tratadas como clientes – e pegar os seus 30 centavos ou 30 reais do que vendeu e depositar no banco, é uma coisa inusitada para uma parte que envolve milhões e milhões de brasileiros.

Eu acho que essa idéia que surgiu no Congresso da CUT, por acaso, conversando, demonstra que possivelmente vocês tenham outras dezenas de idéias que precisam ser dadas.

Eu tenho tentado repetir várias vezes: o governo não é o dono da verdade, o governo não sabe tudo e o governo nem sempre pode tudo. Mas sábia será a nossa decisão de sempre estar ouvindo os setores organizados da sociedade, ouvindo os trabalhadores da economia informal e da economia formal, para que possam ajudar a gente a criar as condições de ajudar com o seu próprio dinheiro. Quando a gente fala do dinheiro do Fundo de Garantia, nós estamos falando do dinheiro do próprio trabalhador. Quando nós falamos do dinheiro do Codefat, estamos falando do dinheiro do próprio trabalhador. Agora, raramente esse dinheiro volta para o trabalhador para ajudá-lo, ou seja, só quando ele é dispensado. E nós achamos que é preciso criar mecanismos. E aí vocês podem ter certeza de que o governo está disposto a discutir esses e outros assuntos para ver se a gente consegue fazer uma espécie de rapa no caixa, para que todo o dinheiro que se tenha possa estar disponibilizado para ajudar as pessoas a terem crédito.

O Marinho disse a palavra “agiotagem”, e é verdade. Quem já trabalhou dentro da fábrica sabe que, muitas vezes, um trabalhador recebe o pagamento no dia 5, e no dia 6 ele já estourou o pagamento; aí, ele pede 50 reais emprestados para um companheiro; o companheiro fala: “eu lhe dou 50 para receber 100 no dia do vale.” Ou seja, não tem brincadeira, a motivação é pão,



pão, queijo, queijo. E o que está sendo feito aqui é a possibilidade de o trabalhador, sem precisar depender de ninguém, chegar a um banco e falar: “olha, eu preciso de 500 reais emprestados, de 300, de 400, para pagar num juro acordado com vocês.” Eu acho que é uma garantia que o povo brasileiro precisa.

Eu poderia terminar dizendo para vocês: nem sempre as medidas que a gente anuncia, de financiamento, de crédito – eu gostaria que a gente anunciasse hoje e amanhã já tivesse 1 bilhão, 2 bilhões liberados, mas entre anunciar e isso começar a acontecer, leva um tempo. As pessoas precisam conhecer, as pessoas precisam se preparar. Vocês vão ter que trabalhar as categorias de vocês. Então, leva um tempo. Não é com a pressa que eu gostaria que fosse, que amanhã 30 mil trabalhadores já estivessem na porta do banco pegando o dinheiro. O dado concreto é que nós vamos chegar numa época do ano em que todo mundo gostaria de comprar alguma coisa. E aquele que não compra passa um final de ano amargurado. Quem é que já não passou um final de ano sem ter dinheiro para comprar um CD para dar de presente para alguém que gosta? E há milhões que não podem comprar porque não têm dinheiro.

Eu acho que isso abre a possibilidade de as pessoas poderem contrair, por pequeno que seja, um empréstimo, para pagar juros bem mais baratos do que os da praça; e fazer com que o nosso comércio volte a funcionar, para que as pessoas possam voltar a produzir e para que a gente possa, com isso, gerar os empregos necessários.

Eu quero dar os parabéns aos sindicalistas que, junto com o Ministério da Fazenda e do Trabalho, trabalharam nisso de forma muito carinhosa, e dizer para vocês que esta Casa e todas essas casas que estão aí na frente estarão abertas toda vez que o Movimento quiser discutir algum assunto que possa significar melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Quero agradecer à Febraban, à CNI e, sobretudo, à Caixa Econômica



Federal e ao Banco do Brasil. Por favor, mantenham o caixa aberto, porque nós vamos precisar de muito dinheiro no Brasil.

Obrigado a vocês e boa sorte!

rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço oferecido aos formandos do Instituto Rio Branco

Palácio Itamaraty, 18 de setembro de 2003

É com grande alegria que venho à Casa de Rio Branco. Desta vez, não para receber mandatários estrangeiros, mas para dirigir-me a uma categoria de servidores públicos que se sobressai por seu profissionalismo e por sua dedicação ao Brasil.

Sinto-me feliz em poder estar entre estes jovens que hoje se formam. Quero transmitir-lhes minhas felicitações e, sobretudo, uma mensagem de estímulo.

Vocês ingressam na carreira diplomática em um momento de mudanças, em que o Brasil se afirma com crescente desenvoltura e confiança perante o mundo. Vivemos em uma sociedade que encara seus problemas com coragem e valoriza a democracia e a liberdade de expressão. Ao jovem diplomata não faltam razões para se sentir motivado e acreditar em um futuro melhor para o Brasil e para a região sul-americana.

Ao mesmo tempo, é preciso que lutemos por um sistema internacional mais justo. É preciso que cobremos mais sensibilidade para a situação dos carentes, processos decisórios mais democráticos, regimes comerciais mais eqüitativos, maior respeito pelo Direito Internacional. Ao fazê-lo, estaremos defendendo nossos próprios interesses e um mundo mais propício à paz e ao desenvolvimento.

Desde meus primeiros dias de governo preocupei-me em sinalizar nossa abertura ao diálogo com interlocutores de todos os quadrantes. Foi essa a minha intenção ao levar ao Fórum Econômico de Davos as preocupações do Fórum Social de Porto Alegre. Será esse o espírito que permanecerá, que permeará o discurso com que abrirei o debate geral da Assembléia Geral das



Nações Unidas. É esta a marca do meu governo e a vocação do Brasil.

Cabe ao Itamaraty, na execução da política externa brasileira, representar e defender os interesses de um país que busca os mesmos objetivos, nos planos nacional e internacional.

O fortalecimento das formas democráticas de concertação política, o crescimento econômico com justiça social e a melhoria das condições de vida dos menos favorecidos. Internamente, é este o caminho para o desenvolvimento sustentável. Nas relações internacionais é esta a via que conduz à paz duradoura.

Caberá a vocês, sob a orientação do ministro das Relações Exteriores, trabalhar pela integração da América do Sul e estreitar laços de cooperação com a África e com o Oriente Médio, com interlocutores do mundo desenvolvido e em desenvolvimento que compartilham nossos valores e objetivos.

A postura firme e objetiva que mantivemos na recém-finda reunião da OMC, em Cancun, demonstra que o Brasil dispõe de uma capacidade de articulação talvez única, que nos permite lutar por nossos interesses, somando forças com clareza e objetivos e sem confrontações.

Alegra-me constatar que o Ministério das Relações Exteriores e os diplomatas brasileiros interagem, cada vez mais, com outras instâncias governamentais e com a sociedade civil.

Vejo, com satisfação, que o ministro Celso Amorim e outros diplomatas comparecem sistematicamente ao Congresso, para contatos regulares sobre questões que despertem especial interesse, como a integração da América do Sul, a ALCA, o Iraque.

Multiplicam-se os fóruns de debate sobre a diplomacia e a política externa. Hoje, os brasileiros e brasileiras se dão conta de que a maioria dos temas da agenda internacional repercutem diretamente sobre suas vidas. Vemos, ao mesmo tempo, que há um grande interesse, em outros países, pelo



momento de transformações pelo qual passamos. Isso só aumenta a responsabilidade dos diplomatas e do Itamaraty, como intermediários privilegiados entre o Brasil e o resto do mundo.

Parabenizo, enfim, os jovens formandos, pela escolha de Sérgio Vieira de Mello como seu patrono. Ainda sob o impacto do ato brutal que lhe retirou a vida, é difícil não nos emocionarmos com a lembrança de um nome que soube aliar, de forma tão brilhante, a força da razão e o engajamento a favor dos mais vulneráveis. Impossível não nos sensibilizarmos ante a obra de tão destacado funcionário da ONU, que associou o nome do Brasil à luta pela paz e às mais nobres formas de cooperação entre as nações. Que a memória de Sérgio Vieira de Mello preserve na turma que se forma hoje os ideais que inspiraram o seu trabalho político e humanitário, sua compaixão, sua tenacidade e sua alma, a um só tempo universal e profundamente brasileira.

Eu quero terminar dizendo, se posso assim chamar, às meninas e aos meninos que se formaram, que o mundo que espera vocês é um mundo, eu diria, de mais paz, mas, ao mesmo tempo, mais conturbado do ponto de vista da exigência com que vocês serão cobrados daqui para a frente.

O Brasil é um país por demais importante e muitas vezes não fomos mais importantes porque, muitas vezes, não nos demos importância. O governo tem a decisão política de fazer com que o país utilize todo o seu potencial de ousadia, todo o seu potencial de política externa, para inserir o Brasil no mundo como um país grande, um país que gosta de respeitar e, ao mesmo tempo, um país que quer ser respeitado. Não aceitamos mais participar de política internacional como se fôssemos os coitadinhos da América Latina, um paisinho do terceiro mundo, um paisinho que tem criança de rua, um paisinho que só sabe jogar futebol e pular carnaval. Este país tem criança de rua, tem carnaval, tem futebol, mas este país tem muito mais do que isto. Este país tem grandeza, tem intelectuais, tem cientistas, tem trabalhadores, tem governantes, tem políticos, tem diplomatas, tem tudo para se igualar a qualquer



país do mundo. E disto nós não abrimos mão.

Eu tenho dito em todos os lugares: não existe na face da Terra nenhum interlocutor que respeite um outro interlocutor se um deles estiver de cabeça baixa, se um deles agir de forma subalterna. Nós respeitamos todo mundo, desde um país pequeno, como o Paraguai, a um país grande, como os Estados Unidos. Queremos tratar os dois em igualdade de condições e queremos ser tratados pelos dois em igualdade de condições. Por isso, eu disse que vocês vão ser muito mais exigidos porque, daqui para a frente, vocês vão perceber que 24 horas por dia é muito pouco para um diplomata que se formou no Rio Branco. É muito pouco para quem quer, dignamente, representar os interesses do Brasil.

E, hoje, mais do que nunca – sem demérito a nenhuma pessoa –, hoje, mais do que nunca, o Brasil cresceu no conceito mundial. O Brasil tem uma respeitabilidade muito maior. E eu acho que, a partir do que aconteceu em Cancún, vocês vão perceber que serão olhados com muito mais interesse mas, ao mesmo tempo, com muito mais cobrança pelos nossos interlocutores de outros países, do que nós fomos até agora.

Nós mandamos para Cancún uma seleção, liderada pelo companheiro Celso Amorim, que tinha o Roberto Rodrigues, o Furlan, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, a Ministra do Meio Ambiente – representada pelo companheiro do Ministério, e 12 deputados, porque nós não fazemos política para nós, individualmente. Fazemos política para este país. Portanto, as pessoas têm que participar, para assumirem o compromisso.

Eu quero que vocês, meninos e meninas que se formaram hoje, quando tiverem alguma dúvida na carreira diplomática de vocês, lembrem-se do homem que era Ministro das Relações Exteriores quando vocês se formaram.

Eu quero fazer um brinde aos formandos mas, sobretudo, quero fazer um brinde à competência que o Celso Amorim tem demonstrado à frente do Ministério.



/mcpro/vpm



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na conferência Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade

Nova Iorque – EUA, 22 de setembro de 2003

Saúdo a oportuna iniciativa do primeiro-ministro Kjell Magne Bondevik e do professor Elie Wiesel, que retomam o debate multilateral sobre o terrorismo no mais elevado nível político.

Nos últimos anos, cruéis atentados atingiram os Estados Unidos, Bali, Riad e Casablanca. O “onze de setembro” ficará gravado em nossa memória como o marco trágico de um ciclo de violência que, infelizmente, não parece prestes a terminar. Mais recentemente, o ataque à sede das Nações Unidas em Bagdá ilustra o agravamento do problema e a insanidade dos autores de atos terroristas. O principal empecilho a uma cooperação mais efetiva contra o terrorismo é político. O ódio que anima os extremistas não se dissipará pelo emprego de métodos repressivos. São necessárias iniciativas diplomáticas, legitimadas pelo direito internacional. São necessárias ações coordenadas, conduzidas por lideranças capazes de combinar firmeza no combate à violência com um claro compromisso com a democracia e a inclusão social.

Não podemos prescindir da ONU em nossos esforços. Enfraquecê-la significa fortalecer os inimigos da paz. Mas a atuação das Nações Unidas não pode limitar-se a aspectos humanitários. Se os métodos e estruturas da ONU não satisfazem às exigências do mundo contemporâneo, apressemo-nos em reformá-la e modernizá-la. Devemos minimizar os custos humanos e materiais da luta contra o terrorismo. A melhor forma de fazê-lo é privilegiar os instrumentos do diálogo, da diplomacia. A luta contra o terrorismo não pode ser encarada como incompatível com a promoção e o fortalecimento dos direitos humanos, inclusive o direito a uma vida digna. Essa noção não tem sido enfatizada com a firmeza necessária. Devemos garantir, em quaisquer



circunstâncias, o respeito à legalidade. A detenção de indivíduos exige mandados de prisão e supõe processos regulares, universalmente aceitos.

Embora os atos terroristas tenham características comuns – como o desprezo pela vida humana e o mesmo substrato de barbárie – não devemos tratar o terrorismo como se fosse um movimento internacional de uma só face. Generalizações simplificadoras podem levar a estratégias contraproducentes. Quando as generalizações envolvem a estigmatização de etnias, crenças, religiões, regiões ou países inteiros, elas passam a ser francamente perigosas. Devemos evitar que o radicalismo produza a quebra da confiança e da comunicação entre povos, grupos, religiões ou etnias. O terrorismo ganhará eco sempre que aspirações legítimas por representação política ou por justiça social forem sufocadas pela indiferença e pela arbitrariedade.

Senhoras e senhores,

O encontro preparatório de Oslo chegou a algumas conclusões importantes para este debate: não há um elo direto de causa e efeito entre pobreza e terrorismo. A associação automática entre terrorismo e pobreza pode levar à injusta discriminação contra países em desenvolvimento, como “celeiros” de terroristas.

A origem de atos terroristas é de caráter político: a falta de democracia ou de liberdades civis, a ausência de um Estado de Direito, as desigualdades de poder. A falta de acesso a bens elementares, inclusive educação e bens culturais, corrói o tecido social e torna os indivíduos vulneráveis. Essa situação pode ter como efeito a proliferação de atividades ilícitas de natureza variada, entre as quais o crime organizado e o terrorismo.

Não cremos que a mera elaboração de listas de organizações terroristas internacionais resolvam o problema. Apoiamos a elaboração de uma convenção abrangente sobre o terrorismo, que permita definir todas as suas manifestações e seus possíveis autores. A prevenção exige maior cooperação judiciária e dos órgãos de inteligência financeira e policial para reprimir



eventuais associações de grupos terroristas com outras organizações criminosas. Atenção particular deve ser conferida aos jovens, que se incluem entre os setores mais vulneráveis à propagação de idéias extremistas.

Devemos, também, evitar que o legítimo reforço de medidas de segurança – contra o bioterrorismo, por exemplo – se transforme na imposição de uma nova categoria disfarçada de barreiras não-tarifárias ao comércio internacional.

O Brasil reitera seu mais profundo repúdio a todas as formas e manifestações de terrorismo. Nossa Constituição o qualifica como crime hediondo. O Brasil ratificou nove dos 12 acordos universais sobre terrorismo negociados no âmbito das Nações Unidas, agências especializadas e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Três se encontram em tramitação no Congresso Nacional.

Uma das formas mais eficazes de combater o terrorismo é sustar suas fontes de financiamento. Aprovamos, em julho passado, legislação que tipifica expressamente o terrorismo e seu financiamento como crimes antecedentes ao da lavagem de ativos. Cooperamos na região com o Comitê Interamericano contra o Terrorismo, o Grupo de Ação Financeira da América do Sul e o Grupo de Trabalho Especializado sobre Terrorismo do Mercosul.

Na esfera multilateral, temos contribuído para os trabalhos dos órgãos das Nações Unidas encarregados de combater o terrorismo. Implementamos todas as resoluções do Conselho de Segurança sobre o assunto, em especial a 1373, que prevê medidas abrangentes para coibir atividades terroristas.

O Brasil se preocupa com alegações infundadas quanto à existência de grupos terroristas. Não há qualquer prova de atividade ligada ao terrorismo na região da Tríplice Fronteira entre Argentina, Paraguai e Brasil. Árabes e judeus vivem em harmonia no Brasil. Somos uma sociedade que valoriza a diversidade étnica e religiosa.

Amigas e amigos, encerro com um pensamento para Sérgio Vieira de



Mello e para os demais funcionários da Organização que morreram no atentado de Bagdá: o exercício, pelo povo iraquiano, de sua soberania e autodeterminação é condição essencial para a estabilização do país. O Documento de Oslo afirma que as desigualdades de poder decorrentes de ocupação estrangeira criam ambiente propício à perpetração de atos terroristas. O terrorismo é sintoma de mal-estar social. Apoiar valores democráticos e de respeito aos direitos humanos, e promover o desenvolvimento econômico das nações e o bem-estar social dos povos são formas de construir sociedades saudáveis, imunes ao terrorismo.

Muito obrigado.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao fazer a
doação para o Fundo Mundial de Combate à Fome e à Miséria**

Sede da ONU – Nova Iorque - EUA, 25 de setembro de 2003

Nós estamos começando com esta contribuição, que é pequena diante das necessidades, mas é um gesto simbólico. Ganhei o prêmio Príncipe de Astúrias, que tem uma contribuição em dinheiro equivalente a 55 mil dólares. O Prêmio, obviamente, vem em função de eu ser Presidente do Brasil. Então, acho que esse dinheiro será bem empregado, porque o problema da fome não é apenas do Brasil. É sabido que há piores situações que a do Brasil.

Quero entregar ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, este cheque, como a primeira contribuição, e espero que outros chefes de Estado possam, a partir deste momento, começar a discutir a contribuição para o Fundo, para que possamos resolver este que é, na minha opinião, o maior problema da Humanidade.

E nós estamos trabalhando nisso. Ontem à noite eu fiz uma reunião com a Índia e a África do Sul. Vamos começar um movimento para que outros países contribuam com esse Fundo, tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento. Todo mundo pode contribuir um pouco.

Há várias propostas na mesa, nós vamos escolher as melhores e vamos tentar resolver, primeiro, a questão do Fundo junto aos governos. Se cada país doar um pouco, vamos ter o suficiente para ajudar os países mais pobres e esperar os resultados.

Também vamos incluir a iniciativa privada. Nós estamos fazendo um teste e viemos apresentar ao secretário Kofi Annan uma mostra de como é possível a iniciativa privada participar, se ela estiver motivada.

Eu quero que o Oded Grajew, meu assessor para políticas de combate à fome, explique o que nós estamos anunciando, tanto ao PNUD quanto ao



secretário-geral das Nações Unidas.

Palavras do senhor Oded Grajew: (inaudível) reunimos 14 doadores: a ALCOA, dos Estados Unidos; Banco Santander, da Espanha; Grupo BHP-Billiton, da Austrália; Dow Química, dos Estados Unidos; Novartis, da Suíça; Phillips, da Holanda; Pirelli, da Itália; Telecom Itália, da Itália; Telefónica, da Espanha; Grupo C&A, da Holanda; Shell, da Inglaterra; Banco ABN Amro, da Holanda; o conjunto das empresas de produtos alimentícios do Mercosul; a Bristol-Meyers-Squibb, dos Estados Unidos.

O total doado é de 1 milhão, 600 mil dólares.

Palavras do secretário-geral da ONU, Kofi Annan: Nós não podemos, de maneira alguma, subestimar a enorme importância simbólica do gesto que o presidente Lula está fazendo hoje, e o Programa que ele lançou, de combate à fome.

A eliminação da pobreza está no topo da nossa agenda. E isso também é muito importante e está embutido dentro das Metas do Milênio. Então, nós esperamos muito continuar a desenvolver um trabalho com o Presidente do Brasil e jamais poderíamos ter encontrado um parceiro melhor do que ele.

Muito obrigado.

/mcpro



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com estudantes brasileiros

Residência de Protocolo do Conselho de Estado “La Mansión”

Havana – Cuba, 27 de setembro de 2003

A primeira alegria é a de poder encontrar vocês. Alguns, aqui, eu conheço desde o primeiro dia em que os convidei para fazer um curso em Cuba. Ou melhor, eu os consultei se queriam fazer um curso em Cuba.

O que o embaixador Tilden Santiago disse é verdade. Da outra vez que estive aqui, ouvi algumas reclamações dos alunos, que nem sempre tinham na embaixada brasileira o tratamento que entendiam que deveriam ter. Eu nem sei se o que vocês queriam era justo ou não, mas o dado concreto é que muitos me falaram que não tinham a compreensão que gostariam de ter.

Então, quando eu convidei o Tilden para ser embaixador, eu disse o seguinte: uma das coisas que eu quero que você faça é que mantenha a porta da Embaixada aberta, para que os nossos alunos sintam que a embaixada brasileira é o espaço deles em Cuba. Muitas vezes, nem sempre é assim em outros países também. E eu acho que a nossa Embaixada – é essa a orientação do nosso ministro Celso Amorim –, a Embaixada e o Consulado têm que ser um espaço onde os brasileiros se sintam em casa, que não sejam tratados como estranhos e que não deixem de ser atendidos nunca.

Essa foi a missão que eu passei para o Tilden, porque acho que é muito importante um brasileiro que está fora saber que, num momento de dificuldade, a Embaixada e todo o corpo de funcionários estão lá para atender os brasileiros que estão fora. É assim que deve ser e é assim que vai ser.

Bem, o segundo tema que eu quero falar com vocês é o seguinte: nós estamos há nove meses no governo. O processo de transformação que todos



nós queremos e sonhamos e por isso, batalhamos para ganhar as eleições – perdemos três vezes, antes de ganhar – é um processo difícil. Mas eu me levanto a cada dia mais otimista. Quero que vocês saibam que não há um único dia em que eu não me levante mais otimista do que no dia anterior.

Não há matéria de jornal, não há noticiário negativo ou positivo que me deixe arrefecer, do ponto de vista dos meus ânimos. Eu acredito no que estou fazendo, acredito na minha equipe, no povo brasileiro, na capacidade de organização da sociedade, e no que vamos fazer.

Obviamente, alguns não gostam, porque estavam habituados à política tradicional. Então, a mudança é sempre um choque, nem todo mundo a compreende, num primeiro momento. Mas nós compreendemos, sabemos o que queremos e sabemos como fazer para chegarmos aonde entendemos que precisamos chegar.

Quando tomamos posse, resolvemos reforçar a nossa política internacional. O companheiro Celso Amorim, essa figura excepcional da diplomacia brasileira, possivelmente tem trabalhado nestes nove meses o que muita gente não trabalhou em nove anos, numa dedicação total para cumprir a nossa estratégia de política internacional.

E essa estratégia não é nenhuma estratégia de grandes pensadores. É resultado de uma experiência simples que eu adquiri no Sindicato. Quando eu comecei a fazer sindicalismo, a gente convocava a assembléia e ninguém comparecia. Nós fomos descobrindo e colocando na cabeça do trabalhador, que era preciso que ele estivesse unido, para que nós pudséssemos conquistar algumas coisas. Em pouco tempo, nós conseguimos fazer o mais forte sindicalismo brasileiro.

Na política internacional, guardadas as proporções e os níveis de formação e de interação das pessoas, é a mesma coisa. Qual era o nosso primeiro problema? O nosso primeiro problema é que nós falamos em integração a vida inteira. Eu, há 30 anos, falo em integração. Aqui, alguém



talvez tenha falado em integração até antes de mim.

Então, o que acontece? Quando nós tomamos posse, começamos a chamar os Presidentes dos países para conversar. Eu achava que toda a política internacional do Brasil, que tem que ser ampla, geral e irrestrita, deveria começar em casa, deveria começar com os nossos vizinhos.

Resolvemos, primeiro, trabalhar para juntarmos a América do Sul. Começamos a conversar com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, com o Equador, com a Colômbia, com o Chile, com o Peru, com a Venezuela, com a Bolívia. Em nove meses nós fizemos, em alguns casos, mais de uma reunião com cada um dos Presidentes da América do Sul. Não apenas uma reunião entre Presidentes, mas uma reunião em que estavam presentes os Presidentes e vários ministros, para que cada ministro pudesse, com seu homólogo, fazer tratativas, fazer propostas para que se começasse a fazer um processo de integração efetiva na América do Sul.

E nós descobrimos que integração não pode ser apenas um discurso fácil. A integração pressupõe estradas, portos, aeroportos, hidrovias, ferrovias, pontes, pressupõe que se garanta o direito não apenas das pessoas, mas de os produtos transitarem entre os países.

Nós fizemos uma extraordinária reunião, no Rio de Janeiro, entre o BNDES, que é o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento, e a CAF, que é o banco de fomento da Comunidade Andina. Discutimos os vinte e quatro projetos mais importantes para o Continente, dois por país. Agora, em dezembro, deveremos formatar definitivamente esses projetos. E vamos ver quais os projetos que temos capacidade financeira de, entre nós mesmos, construir; e quais os projetos que vamos ter que buscar recursos lá fora, para conseguirmos fazer a integração.

Desde muito jovem eu já ouvia falar da integração do Brasil, via Pacífico, com o mundo asiático. Mas faz quarenta anos que é preciso fazer uma ponte de 140 metros, no rio Acre, na divisa com o Peru e não é feita. Então, não há



integração, fica só no discurso. Nós vamos, então, sair do discurso para a prática. Vamos tentar tornar realidade esse processo de integração.

Esse é o primeiro passo. E acho que isso está se consolidando rapidamente, a começar pela recuperação do Mercosul e da nossa boa relação com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai. É importante compreender que o Brasil, por ser a maior economia, por ser o país mais industrializado, tem que ter gestos de generosidade para com seus parceiros. Ou seja, em muitas coisas, nós é que temos que tomar a iniciativa, até de financiamento de alguma obra nos países que menos podem.

Por exemplo, se nós quisermos contribuir com o Paraguai, para que ele se industrialize, vamos ter, obviamente, de realizar a política grande de financiar alguma coisa no Paraguai.

O segundo passo da nossa política internacional já começou e vai ser executado pessoalmente, por mim, no dia 3 de novembro, quando vamos visitar cinco países africanos. Vamos à África do Sul, à Namíbia, Angola, a Moçambique e a São Tomé e Príncipe. Vamos estabelecer acordos na área da saúde. O Brasil tem condições de ajudar os países africanos a combater, sobretudo, a AIDS. O Brasil tem uma boa experiência, uma boa política. Nós poderemos trabalhar acordos de produção de remédios conjuntos. Temos condições de fazer acordos no campo educacional. Acho que o Brasil tem que ser generoso e oferecer mais vagas para estudantes africanos virem para o Brasil.

Nós temos condições, com a Petrobrás, de fazer parcerias com países que têm petróleo. Temos condições de convencer empresários brasileiros a fazerem investimentos. Eu tenho provocado os empresários brasileiros, dizendo que eles não têm que ter medo de ser multinacionais. Eles precisam começar a fazer investimentos em outros países, porque nós queremos que os outros façam no Brasil. Então, é preciso que haja reciprocidade.

E o terceiro passo da nossa política internacional vai ser dado no dia 5



de dezembro, quando vamos fazer uma visita a sete países árabes. E por que vamos visitar países árabes? Porque queremos integrar tanto a África quanto os países árabes ao Mercosul, à América do Sul. Estamos programando, para o próximo ano, uma reunião entre os Presidentes da América do Sul e os Presidentes dos países árabes. Queremos estabelecer uma melhor política comercial; queremos estabelecer a política de mostrar que o Brasil é um bom espaço para que eles façam os seus investimentos e queremos estabelecer parcerias com eles nas obras de infra-estrutura de que tanto precisamos no Brasil.

Isto significa que vamos estabelecer um outro padrão de política. Nós já criamos o chamado G-3, uma aliança entre Brasil, África do Sul e Índia. Nós estamos trabalhando, agora, para fazer com que essa parceria chegue ao G-5, juntando China e Rússia nessa parceria.

E por que isso? Porque nós compreendemos a importância da relação do Brasil com a União Européia e com os Estados Unidos, porque são os dois blocos, os Estados Unidos individualmente e a União Européia enquanto um conjunto de países, com quem nós temos, praticamente, 55% de toda a nossa relação comercial. Eles são muito importantes na relação com o Brasil e queremos aperfeiçoá-la.

Mas nós também aprendemos, na vida, que se a gente ficar viajando o mundo e contando para todo mundo que nós somos pobrezinhos, que nós temos muitos analfabetos, que nós temos muitas crianças de rua, isso não ajuda e não conquista respeito.

Então, o que nós estamos fazendo? Estamos juntando países que têm similaridade com o Brasil, que têm importância populacional igual ou maior do que o Brasil, que têm um PIB mais ou menos semelhante ao do Brasil, que têm renda per capita mais ou menos igual à do Brasil, para nos juntarmos e dizer: Nós temos força.

O G-22, criado em Cancún, representa, na verdade, mais da metade da



população mundial. Obviamente que os países ricos poderão querer fazer acordos bilaterais, para tentar dividir cada um de nós. Cabe a nós sermos inteligentes e espertos e sabermos que o que nos dá força é a manutenção dessa unidade entre esses países, para negociarmos comercialmente com os nossos parceiros mais ricos, que são os Estados Unidos, a União Européia e o próprio Japão.

Então, nós estamos fazendo esse jogo porque entendemos que chegou o momento de o Brasil ocupar o espaço que lhe é de direito no mundo. Nós não queremos estabelecer nenhuma relação de hegemonia com nenhum país. Nós queremos estabelecer relação de parceria, de companheirismo, sendo generoso com quem é mais pobre do que a gente, sendo leal com quem é maior do que a gente e sendo, na verdade, parceiro de todos os países do mundo.

Essa nova dinâmica da nossa política internacional é que tem dado ao Brasil um destaque que tem deixado muita gente assustada. Num primeiro momento, fizeram muita crítica e, agora, as pessoas estão compreendendo que o jogo está sendo feito com a maior seriedade do mundo.

Temos dito para todo mundo: nós não queremos ser tratados diferentemente. Nós só queremos ser tratados em igualdade de condições. Eu, toda vez que posso, digo: respeito é bom, eu dou e gosto de receber. É apenas isso que nós estamos fazendo na nossa política internacional, e vamos fazer muito mais.

Se depender do nosso esforço, se Deus quiser, quando chegar dezembro vamos ter todos os países da América do Sul no Mercosul. O Peru está se integrando, a Venezuela, a Colômbia e o Equador estão se preparando. A Bolívia já é meio parceira, o Chile também. Então, nós vamos tentar fazer com que o Mercosul seja, efetivamente, um bloco econômico, até para que, quando tivermos que negociar o Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, estejamos preparados, do ponto de vista não apenas da defesa dos



nossos interesses estratégicos, enquanto país, mas da defesa da nossa indústria, da nossa tecnologia e da nossa agricultura.

Muita gente acha que nós somos duros. O que eu tenho dito? Tenho dito que nós queremos ser iguais ao que os Estados Unidos são, na negociação internacional. Nem mais e nem menos. Os Estados Unidos brigam pela defesa dos seus interesses. Nós é que temos que ter coragem de brigar pelos nossos interesses sem imaginar que, pela nossa pobreza, alguém vai ter dó de nós e vai fazer concessão.

No jogo internacional não é assim, nem no futebol é assim, cada jogador que entra em campo entra para ganhar e joga pesado, senão não ganha.

A política internacional é exatamente isso. Eu falo sempre de futebol, porque todo mundo entende um pouquinho. Quando o Brasil jogava vôlei aqui, contra Cuba, as jogadoras brasileiras e as cubanas ficavam brigando ali, embaixo da rede. Tinha uma cubana chamada Miréia, que provocava as brasileiras o tempo inteiro, com que objetivo? Com o objetivo de ganhar o jogo.

E nós estamos fazendo isso porque queremos ganhar o jogo. Nós queremos apenas dizer: olha, existimos, somos uma nação grande, temos capacidade e competência e queremos ocupar o nosso espaço.

E isso tudo aconteceu muito rapidamente porque não estava previsto que tivesse a repercussão que teve a minha ida a Davos. Havia gente que achava que eu não deveria ir porque eu pertencia ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre e os companheiros não iriam entender. O que eu fiz? Eu fui ao Fórum de Porto Alegre dizer que ia a Davos.

Acho que a repercussão foi a mais positiva possível. Por conta disso, eu fui convidado para ir a Evian participar do encontro do G-8 mais 12 países, o que também foi muito importante. Em todos esses encontros eu tenho levantado a questão da necessidade de se criar um Fundo Mundial para combater a fome.

Agora, na ONU, outra vez, eu repeti a idéia de se criar um Conselho



entre os chefes de Estado, para que a gente possa combater a fome. E fiz um gesto pessoal: nós entregamos ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, uma lista de 14 empresários que contribuíram com 1 milhão e 600 mil dólares para começar esse Fundo, porque tem muito fundo na ONU, mas não tem dinheiro. Então, é preciso ter dinheiro.

Eu ganhei 55 mil dólares do prêmio Príncipe das Astúrias e doei o Prêmio para esse fundo da ONU. É pouco, mas é para ver se incentivamos outras pessoas, que têm até um pouco mais do que eu, a doar um pouquinho, para ver o que a gente consegue.

Eu disse ao Kofi Annan: O Brasil, necessariamente, não precisa o dinheiro desse Fundo. Esse Fundo é para ajudar os países mais pobres do que nós. O Brasil é um país rico, tem condições. Nós precisamos é fazer as coisas a partir do que temos. Mas há países que não têm condições. Então, esse Fundo é para tentar ajudar esses países mais pobres que o Brasil.

E eu tenho certeza de que a gente está no caminho certo. Se, durante muito tempo, esse assunto não foi discutido com a seriedade devida, eles agora sabem que em todo lugar em que eu estiver, a questão da fome será colocada, não como um problema nosso, porque estamos resolvendo, mas como um problema da Humanidade e, portanto, como uma responsabilidade de todo mundo.

Eu queria dizer isso para vocês, porque vocês estão virando internacionalistas e é importante saber que a vocação do Brasil não é de ficar encolhido na América do Sul, como se fosse um país insignificante. A nossa vocação é, com muito respeito e com muita generosidade pelos outros, querer ocupar um espaço político, comercial e cultural maior do que a gente ocupa, até agora.

Para terminar, eu quero dizer para vocês da satisfação de tê-los aqui. Possivelmente, quem teve a oportunidade de estudar em uma universidade no Brasil – aqui há muitos, do meu lado – não tenha a percepção da importância



de um jovem entrar numa universidade. No Brasil, muitos não conseguem, não por falta de conhecimento, mas porque não têm dinheiro para pagar. Lamentavelmente, no nosso país, é exatamente o pobre que não pode entrar na universidade pública e tem que ir para uma particular e pagar um dinheiro que, normalmente, não tem. Então, as pessoas desistem quando terminam o secundário.

Isto aqui é uma oportunidade de lição de vida. Ficar longe da família, dos namorados, das namoradas. É uma lição de vida. Eu não tenho dúvida nenhuma de que vocês voltarão para o Brasil muito mais qualificados, politicamente, moralmente, eticamente e profissionalmente.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que vocês vão ser extraordinários profissionais. Obviamente, isso não é apenas pela qualidade do diploma que vocês vão ter, mas é pela qualidade do compromisso que vocês vão assumir com o nosso país.

Acho que é muito importante e muito gratificante o papel do governo cubano, de permitir estudos aos nossos alunos que não têm dinheiro – porque alguns vieram para cá pagando, outros vieram com bolsa de estudos. Mas alguns companheiros vieram para cá quando o dólar equivalia a 1 real: era tudo muito bonito, o dólar a 1 real: só que, depois, o dólar passou de 1 real para 4 reais. Então, a situação das famílias ficou difícil e muitos pais não tiveram mais dinheiro para pagar.

Quero dizer para vocês que tenham a clareza de que podem dar uma contribuição enorme para o país, quando voltarem. O nosso país tem carências, não de profissionais, porque acho que nós até temos médicos. O nosso problema, não só nosso, mas de outros, é que, muitas vezes, os profissionais estão concentrados nos grandes centros urbanos e é preciso levar projetos para aqueles que realmente precisam de saúde.

Achamos que as políticas que estamos adotando, de médicos de família, pode ajudar muito. O programa Fome Zero – vocês vão ler – já está atingindo



1.196 cidades do Nordeste e do Norte do país. Já estamos atingindo, praticamente, 7 milhões de pessoas e 1 milhão e 400 mil famílias. No final de outubro, vamos anunciar a unificação das políticas de assistência social no Brasil. Vamos tentar pegar quase todas as políticas, divididas por Ministérios, e vamos fazer uma coordenação única, para que possamos atender mais gente, no menor espaço de tempo possível.

Ontem, fizemos vários acordos e protocolos de intenções com o governo cubano, na área da educação, na área de esportes, na área da saúde, na área da indústria. Ou seja, as coisas estão começando a andar do jeito que queremos que andem.

Hoje, recebi, aqui, a mãe do brasileiro que está preso. Hoje, conversei com o cardeal dom Jaime e com o monsenhor Carlos. E, daqui a pouco, vamos ter uma reunião com os empresários brasileiros, no Hotel Nacional. Em seguida, vou almoçar com o presidente Fidel Castro e conversar um pouco sobre política. Regresso ao Brasil com a certeza de que meus filhos estão bem de saúde, de moral e ética. Estão muito bem.

/mcpro/lrj